

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XVIII - N.º 3 / 2017

7 de fevereiro de 2017



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 7 de fevereiro de 2017

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

CÂMARA MUNICIPAL

2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 25 de janeiro de 2017

Voto de Congratulação - “European Open Jiu-Jitsu Championship”	Página 7
Atas da Câmara Municipal de Odivelas	7
2.ª Alteração Orçamental de 2017	8
Emissão de pareceres prévios vinculativos favoráveis à renovação de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença	8
Procedimento por Concurso Público para a Aquisição de Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança em Instalações de Administração Direta e Indireta do Município de Odivelas - Agrupamento de Entidades	9
Autorização para abertura do procedimento concursal comum, com vista à celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho, na categoria de Técnico Superior - Médico Veterinário no Gabinete Veterinário Municipal	9
Autorização para abertura do procedimento concursal comum, com vista à celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, para ocupação de dois postos de trabalho, na categoria de Assistente Operacional	9
Alterações ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e suas Normas de Liquidação e Cobrança do Município de Odivelas - após audiência de interessados	9
Adjudicação da Concessão da Gestão e Exploração do Centro Cultural Malaposta	10
Versão final do projeto do “Regulamento Municipal do Prémio Distinção Empresarial”	10
Serviços de vigilância e segurança humana e serviços de rondas de segurança em instalações de administração direta e indireta, por Agrupamento de Entidades Adjudicantes - SIMAR de Loures e Odivelas	10
Adjudicação do procedimento para Prestação de Serviços na Área de Seguros - Concurso Público 27/2016 - SIMAR de Loures e Odivelas	10
Concurso “Em Odivelas...Segurança Total!” e respetivas Normas de Participação, no âmbito do Projeto SerSeguro - educação Rodoviária no Pré-Escolar e Ensino Básico do Concelho de Odivelas	11
Alteração às Normas do Programa de Apoio ao Movimento Associativo de Pais e Encarregados de Educação da Rede Pública do Concelho de Odivelas	13
Protocolo de Parceria a celebrar entre o Município de Odivelas e a Associação Bandeira Azul da Europa - Fundação para a Educação Ambiental - ABAE/Fee, para implementação do Programa Eco-Escolas 2016/2017	15
Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Odivelas e a Universidade Católica Portuguesa/Instituto de Ciências de Saúde	16
Alteração ao Protocolo de Cooperação, celebrado entre o Município de Odivelas e a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens	18
Revogação do Protocolo, celebrado em 2011 entre o Município de Odivelas e o Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ), e autorização para a celebração de novo Protocolo	19
Celebração de Adenda ao Acordo de Execução para a Concretização de Delegação Legal de Competências da Câmara Municipal de Odivelas com a Junta da União de Freguesias da Pontinha e Famões	21



	Página
Retirada de Ponto da Ordem de Trabalhos da presente reunião	22
Documento “Compromisso para a Saúde” a celebrar entre o Município de Odivelas, o Município de Loures, o ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) de Loures e Odivelas e o Hospital Beatriz Ângelo	22
Subscrição do “Apelo por uma Verdadeira Política Europeia Comum de Asilo”, promovido pelo Conselho de Municípios e Regiões de Europa	23
Parceria a celebrar entre o Município de Odivelas e a empresa Pontizoo, no âmbito da Gestão do Parque dos Bichos	25
Aquisição de veículos por ocupação e seu destino final através de alienação por desmantelamento qualificado	26
Parcela de terreno municipal para construção, com a área de 2.075 m2, sita na Estrada Nacional, n.º 8, União das Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, Concelho de Odivelas - Extinção do Direito de Superfície	27
Cedência, em direito de superfície, a favor da Associação de Proprietários e Moradores do Casal do Rato, de parcela de terreno municipal designada pela letra “C”, sita na Rua do Parque, Lugar da Presa, no Bairro Casal do Rato, União das Freguesias de Pontinha e Famões	27
Cedência de transporte municipal ao evento “Contrato Local de Desenvolvimento Social, 3.ª Geração - Odivelas” (CLDS 3G-Odivelas)	28
Alteração ao alvará de loteamento n.º 4/2009, inserido no Bairro Casal das Queimadas à Quinta das Dálías, para o lote 100, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	29
Indeferimento do pedido de receção definitiva das obras de urbanização previstas no alvará de loteamento n.º 7/79, inserido na Urbanização do Barruncho, Freguesia de Odivelas	29
Proposta de alteração aos Termos de Referência da redelimitação do Plano de Urbanização da Vertente Sul do Concelho de Odivelas	29
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 466, da Rua Columbano Bordalo Pinheiro, do Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	29
UNIDADES ORGÂNICAS	
DESPACHOS	30
EDITAIS	31
DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA	33
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
1.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 26 de janeiro de 2017	
Votos de Pesar	43
Moções	47
Recomendação	49
Proposta de Cedência em Direito de Superfície das seguintes parcelas A e B sitas na Av. Miguel Torga, Lotes A e B, Quinta do Porto Pinheiro, em Odivelas, constituída a favor do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol	49
Passagem dos pontos 2, 3, 4 e 5 para a próxima Sessão da Assembleia Municipal.	52



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

ATAS

2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 25 de janeiro de 2017

DELIBERAÇÕES

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

“EUROPEAN OPEN JIU-JITSU CHAMPIONSHIP”

“Decorreu entre segunda-feira dia 16 e 22 de janeiro de 2017 o EUROPEAN OPEN JIU-JITSU CHAMPIONSHIP no Pavilhão Multiusos de Odivelas, num evento em que a Câmara Municipal de Odivelas se associou.

Para lá do êxito do evento em que foi batido o recorde de inscrições, saudamos os resultados dos atletas nacionais, que demonstraram a evolução da modalidade em Portugal e em particular no concelho de Odivelas.

Destes resultados destacamos o título europeu de Etienne Lima e o 3.º lugar de João Silva, ambos atletas do 2BROTHERS BFC de Odivelas que desenvolvem a sua actividade de treino no Multiusos de Odivelas.

Assim a Câmara Municipal de Odivelas reunida em 25 de janeiro de 2017, delibera aprovar este voto de congratulação pelos resultados alcançados pelos atletas, desejando que as suas carreiras continuem a orgulhar o concelho de Odivelas, através dos êxitos individuais e colectivos.”

(Apresentado pelo PS e aprovado, por unanimidade)

Odivelas, 25 de janeiro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovado por unanimidade)

ATA DA 24.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 24.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 17 de dezembro de 2014.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 17 de dezembro de 2014)

ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 1.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 14 de janeiro de 2015.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 14 de janeiro de 2015)

ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 2.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 28 de janeiro de 2015.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 28 de janeiro de 2015)

ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 3.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 11 de fevereiro de 2015.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 11 de fevereiro de 2015)

ATA DA 2.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2015 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 2.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 23 de abril de 2015.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 23 de abril de 2015)

**ATIVIDADE FINANCEIRA****2.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL
2.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL 2017**

2.ª Alteração Orçamental de 2017, nos termos dos Mapas anexos à informação n.º interno/2017/756, de 2017.01.19 e que farão parte integrante da ata da presente reunião, de acordo com o proposto na referida informação.

“2.ª Alteração Orçamental

A 2.ª Alteração Orçamental de 2017 encontra-se devidamente calendarizada e reproduz a necessidade de ajustamentos (reforços e anulações) de algumas rubricas dos serviços municipais, imprescindíveis ao seu normal funcionamento.

De entre os vários movimentos de reforço, destaque para:

-No Departamento Jurídico e de Gestão Financeira e Patrimonial:

Na rubrica “Remun. por doença e Maternidade/Paternidade, o valor de 100.000,00 euros (cem mil euros);

O valor de 50.000,00 euros (cinquenta mil euros), referente à rubrica “Eventualmente Maternidade, Paternidade e Adoção”.

-No Departamento Obras Municipais, Habitação e Transportes:

No projeto “Ginásio Escola EB23 António Gedeão”, o valor de 219.104,05 € (duzentos e dezanove mil, cento e quatro euros e cinco centavos);

260.400,00 € (duzentos e sessenta mil e quatrocentos euros), para o projeto “Repavimentações Diversas”

No projeto “Valorização Paisagística do Dólmén do Sítio das Pedras Grandes”, o valor de 108.192,83 euros (cento e oito mil, cento e noventa e dois euros e oitenta e três centavos).

Deste modo, a Alteração Orçamental do lado da Despesa totaliza 942.756,43 Euros (novecentos e quarenta e dois mil, setecentos e cinquenta e seis euros e quarenta e três centavos), verificando-se um aumento das despesas correntes no valor de 64.470,78 euros (sessenta e quatro mil, quatrocentos e setenta euros e setenta e oito centavos), por contrapartida de um decréscimo de igual montante ao nível das despesas de capital, conforme quadro seguinte:

Modificação Despesa**Quadro Síntese**

	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações
Total de Despesas Correntes	267.685,55	203.214,77
Total de Despesas Capital	675.070,88	739.541,66
Total Geral	942.756,43	942.756,43

(un:euros)”

(Aprovado por maioria)

EMIÇÃO DE PARECER PRÉVIO**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Emissão de parecer prévio vinculativo favorável à renovação do contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com a Dr.ª Irene Borges Pereira Duarte, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/600, de 2017.01.17.

(Aprovado por unanimidade)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Emissão de parecer prévio vinculativo favorável à renovação do contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com Liliana Saraiva Gabriel Gomes de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/677, de 2017.01.17.

(Aprovado por maioria)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Emissão de parecer prévio vinculativo favorável à renovação do contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com a Mestre Sara Duarte da Cunha Lopes Brites Simão, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/619, de 2017.01.17.

(Aprovado por maioria)



SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA

PROPOSTA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Relativamente ao Procedimento por Concurso Público para a Aquisição de Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança em Instalações de Administração Direta e Indireta do Município de Odivelas – Agrupamento de Entidades, foi deliberado o seguinte, nos termos e de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/564, de 2017.01.16:

-Integração no Agrupamento de Entidades Adjudicantes, com a Câmara Municipal de Loures e com os SIMAR de Loures e Odivelas;

-envio à Assembleia Municipal para autorização de despesa plurianual, tendo em vista a aquisição de prestação de *serviços* de vigilância e segurança, em instalações de administração direta e indireta do Município de Odivelas, para 12 meses, eventualmente renovável por dois períodos de igual duração, com início a 1 de julho de 2017, no valor de €1.495.296,00, (um milhão, quatrocentos e noventa e cinco mil, duzentos e noventa e seis euros) ao qual acresce IVA à taxa legal aplicável;

-respetivas peças do procedimento e designação do júri.

Carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por unanimidade)

ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS

OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR

Autorização para abertura do procedimento concursal comum, com vista à celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, destinado apenas a trabalhadores detentores de vínculo de emprego público, para ocupação de um posto de trabalho, na categoria de Técnico Superior, com formação em Medicina Veterinária, para desempenho de funções de Médico Veterinário no Gabinete Veterinário Municipal, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/155, de 2017.01.05.

(Aprovado por unanimidade)

OCUPAÇÃO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO NA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL

Autorização para abertura do procedimento concursal comum, com vista à celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, destinado a candidatos com ou sem vínculo de emprego público, previamente estabelecido, para ocupação de dois postos de trabalho, na categoria de Assistente Operacional, para o Departamento de Obras Municipais, Habitação e Transportes - Divisão de Infraestruturas e Espaços Urbanos, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/171, de 2017.01.06.

(Aprovado por unanimidade)

REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS

REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E SUAS NORMAS DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Alterações ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e suas Normas de Liquidação e Cobrança do Município de Odivelas, após a referida proposta de alterações ter sido submetida a audiência de interessados, pelo prazo de 30 dias a contar da sua publicação no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 23/2016 de 29 de novembro de 2016 (pág. 13), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/753, de 2017.01.19.

Foram ainda propostas as seguintes alterações à referida Proposta de Regulamento no decorrer da sua discussão na presente reunião, constantes na respetiva minuta da ata:

-Na pág. 13, no antepenúltimo parágrafo, onde se lê “Boletim Municipal das Deliberações e Decisões, edição n.º XXXXX, de XXXX” deverá ler-se “Boletim Municipal das Deliberações e Decisões, edição n.º 23-Ano XVI, de 29/11/2016”;

-Na pág. 44, artigo 48.ª, n.º 2, a fórmula $V=T+(J1 \times \dots)$, deverá ser formatada no texto definitivo porque não aparece completa;

-Na pág. 79, ao artigo 117.º será retirado o artigo 140.º X do n.º. 4;

-Na pág. 86, Capítulo IV, onde se lê “Biblioteca Municipal D. Dinis e Polos respetivos”, deverá ler-se “Biblioteca Municipal D. Dinis e Outros Serviços”;

-Na pág. 99, no artigo 140.º X, aos valores apresentados será retirada a taxa do IVA.

Carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por maioria)



MALAPOSTA

CONCESSÃO DA GESTÃO E EXPLORAÇÃO DO CENTRO CULTURAL MALAPOSTA

Adjudicação da Concessão da Gestão e Exploração do Centro Cultural Malaposta ao concorrente “Minutos Redondos, Lda.”, na sequência do aprovado na 9.ª Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, de 16 de junho de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 12/2016, de 28 de junho, pág. 45*), nos termos e de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/103, de 2017.01.17.

Carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por maioria)

REGULAMENTO

PROPOSTA DE ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DA REVISÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO PRÉMIO DE DISTINÇÃO EMPRESARIAL

Versão final do projeto do “Regulamento Municipal do Prémio Distinção Empresarial”, decorrido o prazo previsto nos artigos 100º e 101 do Código do Procedimento Administrativo, não se verificou a constituição de interessados nem foram apresentadas propostas de alteração ao projeto de Regulamento, aprovado na 17ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 7 de setembro de 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 18 de 2016, página 7*), de acordo com o proposto na Informação Interno/2016/7755, de 2016.07.28, com as seguintes alterações, propostas no decorrer da presente reunião:

Página 6, artigo 9º, retirar “efectiva”;

Página 8, artigo 14º onde se lê “no ponto 6” deverá ler-se “no ponto 7”;

Página 16, Ponto 7 acrescentar “Certidão de não Dívida à Segurança Social e à Autoridade Tributária”;

Página 17, onde se lê “7 Notas Explicativas” deverá ler-se “8 Notas Explicativas”.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal.

(Aprovado por unanimidade)

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA HUMANA E SERVIÇOS DE RONDAS DE SEGURANÇA AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES

De acordo com o proposto na Informação dos serviços da Câmara Municipal de Odivelas Interno/2017/650, de 2017.01.17, e na sequência do deliberado pelo Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos, Loures e Odivelas – SIMAR, em 13 de janeiro de 2017, na sua 57ª reunião ordinária, foi remetido à Câmara Municipal de Odivelas a proposta 15/2017, através do ofício S/1108/2017, de 2017.01.13, referente à autorização de despesa e início do procedimento por Concurso Público para aquisição de serviços de vigilância e segurança humana e serviços de rondas de segurança em instalações de administração direta e indireta, por Agrupamento de Entidades Adjudicantes. Nos termos da informação mencionada, é proposto aprovar o seguinte:

- Autorização da despesa de €583.170,73, (quinhentos e oitenta e três mil cento e setenta euros e setenta e três cêntimos), para um período de 12 meses, bem como o início do procedimento para o Concurso Público, na modalidade de agrupamento de entidades adjudicantes;

- Aprovação das UR 16/C00623 – €150.000,00 + IVA (23%) e UR 16/C00659 – €433.170,73 + IVA (23%), já cabimentadas;

- Programa do Concurso;

- Caderno de Encargos;

- Protocolo de entendimento para constituição do agrupamento de entidades Adjudicantes. (Município de Loures, Município de Odivelas e SIMAR).

(Aprovado por unanimidade)

PROPOSTA DE DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS CONCURSO PÚBLICO N.º 27/2016

De acordo com o proposto na informação dos serviços da Câmara Municipal de Odivelas com o n.º Interno 2017/649, de 2017.01.17, e na sequência do deliberado pelo Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos, Loures e Odivelas – SIMAR, em 13 de janeiro de 2017, na sua 57ª reunião ordinária, foi remetido à Câmara Municipal de Odivelas a Proposta 8/2017, através do ofício S/1005 de 2017.01.13, referente à decisão de adjudicação do procedimento para Prestação de Serviços na Área de



Seguros – Concurso Público 27/2016. O Júri do concurso público remeteu para deliberação o Relatório Final o qual propõe a adjudicação à seguinte empresa: Allianz Portugal, Companhia de Seguros, S.A., pelo preço contratual global de €989.692,12 (novecentos e oitenta e nove mil seiscentos e noventa e dois euros e doze cêntimos).

(Aprovado por unanimidade)

PROJETO "SERSEGURO"

CONCURSO "EM ODIVELAS...SEGURANÇA TOTAL!" E NORMAS DE PARTICIPAÇÃO ACEITAÇÃO DE PATROCÍNIOS

Concurso "Em Odivelas...Segurança Total!" e respetivas Normas de Participação, no âmbito do Projeto SerSeguro – educação Rodoviária no Pré-Escolar e Ensino Básico do Concelho de Odivelas, que representa uma experiência educativa global, assente numa relação entre o Município de Odivelas, as estruturas oficiais, os agentes da comunidade local e da população em geral, com vista ao desenvolvimento de uma cultura de segurança e da apropriação do espaço cidade enquanto lugar e recurso de aprendizagem por parte da criança. O projeto incide em três grandes áreas: formação do aluno; implementação de uma ação concertada local entre as entidades e sensibilização da comunidade educativa.

O Concurso destina-se a todas as turmas de 4.º ano do 1.º ciclo do ensino básico participantes no projeto "Ser Seguro" e tem como objetivo a elaboração de uma maqueta de autocarro decorada com uma pintura alusiva ao subtema "Transportes Públicos, Sustentabilidade e Cidadania".

A aceitação dos patrocínios das empresas Rodoviária de Lisboa, no valor de €1.250,00 (mil duzentos e cinquenta euros), e Kidzania, no valor de €375,00 (trezentos e setenta e cinco euros), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/222, de 2017.01.09.

«Concurso
"Em Odivelas Segurança ...Total!"
Ano Letivo 2016/2017

PREÂMBULO:

No âmbito do Projeto SerSeguro – Educação Rodoviária no Pré-Escolar e Ensino Básico do Concelho de Odivelas, e tendo em vista:

1. Permitir a reflexão de alunos e professores sobre as questões da segurança rodoviária com vista a promover comportamentos e atitudes responsáveis pela cidadania ativa;

2. Valorizar o trabalho desenvolvido pelas escolas do 1º ciclo do ensino básico do Concelho de Odivelas no âmbito da educação rodoviária junto da comunidade educativa;

3. Proporcionar aos alunos práticas pedagógicas significativas mediante o desenvolvimento de trabalhos coletivos, que visam qualificar a ação de sensibilização junto da comunidade local;

4. Promover a participação cívica das crianças, incentivando-as para o respeito da causa pública, através da valorização da prática artística urbana, enquanto plataforma de sociabilidade e colaboração na prevenção de atos de vandalismo do espaço e equipamentos públicos.

Apresentam-se a deliberação da Câmara Municipal as seguintes normas de participação do:

Concurso "Em Odivelas... Segurança Total!"

1º (Finalidade)

As presentes normas visam estabelecer as bases de funcionamento do Concurso "Em Odivelas, Segurança... Total!", a realizar no âmbito do Projeto SerSeguro – Educação Rodoviária no Pré-Escolar e Ensino Básico do Concelho de Odivelas.

2º (Objeto)

O presente concurso destina-se a distinguir a maqueta de autocarro que servirá de modelo à decoração integral da traseira completa de um autocarro da Rodoviária de Lisboa, bem como à seleção das turmas que participarão na visita às instalações da Polícia de Segurança Pública e na campanha de educação rodoviária a realizar junto da comunidade local.

3º (Destinatários)

Este concurso é dirigido às turmas do 4º ano do 1º ciclo do ensino básico da rede pública do Município de Odivelas, inscritas no Projeto SerSeguro.

4º (Condições de Participação)

1. As turmas deverão apresentar um trabalho coletivo, sob a forma de maqueta de autocarro. Esta maqueta deve, obrigatoriamente, ser acompanhada de reprodução do mesmo trabalho em suporte de papel em formato A3, de forma a possibilitar a sua digitalização e posterior decoração no autocarro;

2. As medidas da maqueta deverão ser: 50 cm de comprimento, 20 cm de altura e 20 cm de largura;

3. Estes trabalhos deverão ser originais, subordinados ao tema "Transporte Público, Sustentabilidade e Cidadania", apresentando abordagens criativas e inovadoras sobre a problemática da segurança, prevenção e educação rodoviárias de crianças, tanto na perspetiva dos peões, como dos utilizadores do transporte público;



4. É imperativo que os concorrentes identifiquem claramente o seu trabalho com um slogan apelativo;

5. A conceção é da responsabilidade exclusiva dos alunos, sob a orientação dos professores, e deverá recorrer à utilização de material de pintura (canetas de feltro, lápis, tintas, spray, etc....);

6. Dos trabalhos deverão constar os elementos de identificação do estabelecimento de ensino, da turma e professor responsável;

7. A entidade promotora reserva-se o direito de integrar, no trabalho selecionado, os logótipos do Município e da entidade patrocinadora do evento;

8. Os concorrentes são responsáveis pela originalidade dos trabalhos apresentados, garantindo a sua autoria e assumindo toda a responsabilidade decorrente de reclamações de terceiros no que diz respeito a direitos de autor e direitos conexos.

5º (Prazo de Entrega dos Trabalhos)

Os trabalhos deverão ser entregues até dia 4 abril 2017, junto dos serviços de projetos educativos da Câmara Municipal de Odivelas, sita na Rua Laura Alves, nº 5 3º Andar – Urbanização da Ribeirada 2675-608 Odivelas, cujo horário de funcionamento é das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30.

6º (Prémios)

1. O Prémio Concelho a entregar à turma vencedora será a reprodução do seu trabalho na traseira de um autocarro da Rodoviária de Lisboa, a participação nas Ações de Rua em junho 2017, uma visita de estudo à Kidzunia e uma visita de estudo à Unidade Especial de Polícia;

2. A Menção Honrosa a atribuir às restantes turmas distinguidas, seis no total, será a participação nas Ações de Rua em junho 2017 e uma visita de estudo à Unidade Especial de Polícia.

7º (Organização)

A organização desta iniciativa é da responsabilidade do Município de Odivelas (entidade promotora), através da Câmara Municipal de Odivelas, em parceria com a Rodoviária de Lisboa.

8º (Júri)

1. O Júri, designado pela Câmara Municipal de Odivelas, será constituído por três personalidades provenientes de entidades parceiras deste projeto, nomeadamente, um representante da Câmara Municipal de Odivelas, um representante da Rodoviária de Lisboa e um representante da Polícia de Segurança Pública;

2. Ao Júri compete estabelecer os critérios de avaliação das candidaturas a concurso, tendo em consideração os objetivos estabelecidos, nomeadamente, no que se refere à qualidade estética, criatividade e impacto da mensagem;

3. O Júri avaliará os projetos de acordo com os seguintes critérios e ponderação:

a) Subordinação ao tema do concurso – 25%;

b) Criatividade e originalidade na abordagem do tema – 50%;

c) Rígor e adequação dos conhecimentos demonstrados face ao tema proposto – 25%;

4. Do universo dos trabalhos apresentados a Concurso, compete ao júri apurar a turma e o Agrupamento vencedor do Concurso a nível concelhio, bem como apurar as Menções Honrosas, uma por cada uma das localidades existentes no Concelho de Odivelas, nomeadamente Odivelas, Famões, Pontinba, Ramada, Caneças, Póvoa Sto Adrião e Olival Basto;

5. O Júri reserva-se o direito de não distinguir nenhum dos trabalhos apreciados, caso nenhum reúna os requisitos de qualidade exigíveis;

6. Os resultados do concurso serão divulgados através de ofício dirigido às escolas das turmas participantes, bem como no site da Câmara Municipal de Odivelas;

7. Das decisões do Júri não haverá recurso.

9º (Direitos de Propriedade Intelectual)

1. Ao participar no presente concurso, os concorrentes vencedores declaram, desde logo, ceder ao Município de Odivelas, em contrapartida dos prémios mencionados no artigo 8º, o direito de uso exclusivo do trabalho selecionado nos termos estabelecidos nos artigos 6º e 7º.

2. O Município de Odivelas não permitirá a utilização do trabalho por terceiros, nos termos mencionados no ponto anterior, sem o consentimento expresso do(s) seu(s) autor(es).

10º (Disposições Gerais)

1. Ao participarem no concurso, os concorrentes aceitam as presentes normas de participação;

2. As dúvidas e omissões resultantes da interpretação das presentes normas serão resolvidas por deliberação conjunta dos elementos do Júri e/ ou entidade promotora;

3. Todo e qualquer esclarecimento acerca do presente concurso e respetivas normas de participação deverá ser solicitado por escrito junto da Câmara Municipal de Odivelas.»

(Aprovado por unanimidade)



MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

ALTERAÇÃO ÀS NORMAS DO PROGRAMA DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE PAIS E ENCARGADOS DE EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ODIVELAS

Alteração às normas do Programa de Apoio ao Movimento Associativo de Pais e Encarregados de Educação da Rede Pública do Concelho de Odivelas, de acordo com o proposto na Informação Interno/2017/675, de 2016-01-18, aprovadas na 23.^a reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 2 de dezembro de 2015, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 24 de 2015*, página 13).

Nos termos da informação dos serviços da Câmara é proposta a alteração do prazo de entrega das candidaturas para Apoio Financeiro, atualmente de 2 a 31 de janeiro de cada ano civil, para de 1 a 28 de fevereiro de cada ano civil, permitindo que os pais tenham tempo para obter todos os documentos necessários. A redação neste ponto das Normas com a alteração proposta passa a ser a seguinte:

“2. Condições de Acesso e Prazos de Candidatura

a) Preenchimento obrigatório do Formulário de Candidatura e do Modelo 1, para o apoio financeiro, entre o dia 1 e o dia 28 de fevereiro de cada ano civil;”

As Associações de Pais apresentaram sugestão para que a disponibilização de transporte municipal não seja apenas nas interrupções letivas, mas também ao fim de semana, mediante disponibilidade de frota municipal para o efeito. A redação neste ponto das Normas com a alteração proposta passa a ser a seguinte:

“III – Medidas de Apoio

3. Apoio em transporte – Traduz-se num apoio complementar à atividade socioeducativa e à prossecução de iniciativas previstas em plano de atividades. (...)

a) A cedência gratuita de 1 (um) transporte coletivo municipal anual e de âmbito nacional, destinado à participação dos alunos em iniciativas ou visitas de natureza lúdica ou recreativa, condicionada aos períodos de interrupção letiva e aos fins de semana, desde que exista disponibilidade municipal e de acordo com a ordem de entrada no município;”

«NORMAS

do

Programa de Apoio ao Movimento Associativo de Pais e Encarregados de Educação da Rede Pública do Concelho de Odivelas

I. Âmbito

O Município de Odivelas, reconhecendo a importância estratégica do movimento associativo parental no desenvolvimento local, propõe-se apoiar a sua atividade em prol do desenvolvimento social e humano do concelho, tendo como referência os princípios da transparência, rigor, imparcialidade e equilíbrio.

Tendo como pressuposto que a participação e envolvimento dos pais e encarregados de educação nas escolas são essenciais para o desenvolvimento do seu projeto educativo e qualidade da oferta educativa, o Programa de Apoio ao Movimento Associativo de Pais e Encarregados de Educação da Rede Pública do Concelho de Odivelas, a partir de agora designado por Programa de Apoio, constitui uma forma de incentivar e valorizar a atividade do movimento associativo parental.

O Programa de Apoio é anual e decorre ao longo do ano civil, pelo que abrange necessariamente os 2º e 3º períodos de um ano letivo e o 1º período do subsequente.

O apoio financeiro previsto no Programa de Apoio, constitui um compromisso do Município de Odivelas, porém condicionado às disponibilidades financeiras, anualmente inscritas no Plano e Orçamento Municipal e nas Grandes Opções do Plano. Os restantes apoios constituem igualmente um compromisso do Município de Odivelas, porém condicionado às suas disponibilidades.

II - Destinatários

São destinatários do Programa de Apoio:

a) As Associações de Pais e Encarregados de Educação (APEE), dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico, secundário e profissional da rede pública, legalmente constituídas e sedeadas no Município de Odivelas;

b) A Federação Concelhia das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Odivelas (FAPODIVEL)

III – Medidas de Apoio

O Programa de Apoio operacionaliza-se através das seguintes medidas:

1. Apoio Financeiro - Consiste na atribuição de um montante fixo anual, destinado a fazer face aos encargos



decorrentes do funcionamento e desenvolvimento da atividade regular do movimento associativo parental, desde que devidamente enquadrados e em conformidade com os seguintes critérios:

- a) Atribuição de uma comparticipação financeira no montante de € 150,00 (cento e cinquenta euros) a cada à APEE;
- b) Atribuição de uma comparticipação financeira no montante de € 500,00 (quinhentos euros) à FAPODIVEL.

2. Apoio Logístico – Consiste na cedência a título de empréstimo de espaços, estrados, mesas, entre outros, considerados necessários e indispensáveis ao normal desenvolvimento da atividade, de acordo com a ordem de entrada dos pedidos e desde que exista disponibilidade municipal.

3. Apoio em Transporte – Traduz-se num apoio complementar à atividade socioeducativa e à prossecução de iniciativas previstas em plano de atividades. Este apoio assume duas modalidades:

- a) A cedência gratuita de 1 (um) transporte coletivo municipal anual e âmbito nacional, destinado à participação dos alunos em iniciativas ou visitas de natureza lúdico ou recreativa, condicionada aos períodos de interrupção letiva e aos fins de semana, desde que exista disponibilidade municipal e de acordo com a ordem de entrada no município;
- b) A cedência gratuita de uma viatura municipal para transporte de materiais, destinada à realização de atividades inscritas no plano de atividades, desde que exista disponibilidade municipal e de acordo com a ordem de entrada no município.

4. Apoio Técnico – Traduz-se no acompanhamento e apoio à realização de iniciativas e/ou projetos previstos em plano de atividades, mediante a articulação com os técnicos/serviços municipais, numa perspectiva de rentabilização dos recursos e meios.

IV – Processo de Candidatura

Podem candidatar-se ao presente programa as APEE e a FAPODIVEL, mediante o preenchimento do Formulário de Candidatura e respetivos Modelos (em anexo).

1. Requisitos

A candidatura deverá ser remetida em conjunto com os seguintes documentos:

- Cópia do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva,
- Prova da inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas (definitivo ou provisório), ou, no caso de este não ter sido ainda emitido, o certificado de admissibilidade

da denominação da associação, emitido pelo Registo Nacional de Pessoas Coletivas;

- Cópia dos Estatutos publicados em Diário da Republica;
- Cópia da Ata de eleição e tomada de posse dos Corpos Sociais;
- Lista dos membros que compõem os órgãos sociais;
- Documento comprovativo do Número de Identificação Bancário – NIB;
- Plano de Atividades;
- Comprovativos relativos à situação fiscal e contributiva;

2. Condições de Acesso e Prazos de Candidatura

- a) Preenchimento obrigatório do Formulário de Candidatura e do Modelo 1, para o apoio financeiro, entre os dias 1 e 28 de fevereiro de cada ano civil;
- b) Preenchimento obrigatório do Modelo 2 para apoio logístico, com a antecedência mínima de 20 dias úteis para a realização da atividade;
- c) Preenchimento obrigatório do Modelo 3 para apoio em transporte, com a antecedência mínima de 20 dias úteis da realização da atividade;
- d) Preenchimento obrigatório do Modelo 4, com a antecedência mínima de 10 dias;
- e) As candidaturas deverão ser remetidas à Câmara Municipal de Odivelas, através de correio eletrónico, para o seguinte endereço geral@cm-odivelas.pt.

3. Apreciação e Avaliação das Candidaturas

- a) Após receção das candidaturas as mesmas serão aferidas e avaliadas pelos respetivos serviços até 15 de março de cada ano;
- b) Para efeitos de atribuição de apoio financeiro, os serviços municipais elaboram informação a submeter a deliberação da Câmara Municipal, até 15 de abril, de cada ano;
- c) Será dado conhecimento dos resultados da avaliação das candidaturas, até 30 de abril de cada ano;
- d) A transferência de verba relativa ao apoio financeiro, será processada no decorrer do 3º período letivo.

4. Monitorização

- a) O Município de Odivelas procederá à monitorização e avaliação da execução dos apoios, através da elaboração de um relatório anual, que será levado ao conhecimento da Câmara Municipal até 31 de dezembro;
- b) As APEE e a FAPODIVEL, ficam obrigadas à prestação de contas do apoio financeiro recebido (Modelo 5),



acompanhado do respetivo Relatório de Atividades e Contas, até 31 de outubro, de cada ano.

VI – Disposições Finais

1. As entidades do movimento associativo parental que se candidatarem ao Programa de Apoio, aceitam e cumprem as presentes Normas.

2. As eventuais dúvidas de interpretação e aplicação das Normas do Programa de Apoio serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, mediante parecer prévio.

3. O incumprimento das Normas do Programa de Apoio, condiciona a atribuição de apoios futuros.

Anexos: Formulário de Candidatura e Modelos»

(Aprovado por unanimidade)

PROGRAMA ECO-ESCOLAS 2016/2017

PROTOCOLO DE PARCERIA A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EUROPA/FUNDAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL - RESPETIVA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL

Protocolo de Parceria a celebrar entre o Município de Odivelas e a Associação Bandeira Azul da Europa - Fundação para a Educação Ambiental - ABAE/Fee, para implementação do Programa Eco-Escolas 2016/2017 no concelho de Odivelas, para continuar a fomentar programas e projetos de educação ambiental nas escolas, alertando as crianças, jovens e adultos para a importância da utilização dos recursos de forma sustentável, através de ações realizadas nas escolas participantes bem como através de prestação de apoio técnico. Respetiva comparticipação municipal no valor de €630,00 (seiscentos e trinta euros) referente às nove escolas inscritas no Projeto 244-A/2017, de acordo com o proposto na Informação Interno/2017/25, de 2017.01.06.

“PARCERIA 2016/2017

ABAE Eco-Escolas / Município de Odivelas

O presente protocolo de parceria, válido depois de assinado por ambas as partes, visa o compromisso de colaboração entre a ABAE e o município na implementação e desenvolvimento do Programa Eco-Escolas no concelho. Poderá por sugestão do município vir a incluir outras alíneas.

A sua existência é fundamental ao desenvolvimento integral do Programa Eco-Escolas nas escolas inscritas.

Termos da Parceria

1- A Autarquia compromete-se a:

- Colaborar com a ABAE nos termos acordados por ambas as partes;
- Reconhecer a importância do desenvolvimento do Programa ECO-ESCOLAS nas escolas inscritas;
- Apoiar, dentro das possibilidades do Município, as iniciativas que as escolas se propõem desenvolver nomeadamente através da participação no Conselho Eco-Escolas;
- Pagar o valor de inscrição de cada escola no Programa Eco-Escolas que tem desde 2012/13 o valor único de 70€ (setenta euros). Este valor da inscrição inclui todo o ano letivo e refere-se à comparticipação nos seguintes custos: taxa a pagar à FEE internacional por cada Eco-Escola inscrita, produção e distribuição e envio de materiais, possibilidade de participação nos subprojectos, formação creditada e não creditada, apoio técnico-pedagógico, comunicação; e ainda custos inerentes à atribuição do Galardão: produção das bandeiras e certificados, organização do Dia Bandeiras Verdes, etc.

2- A ABAE compromete-se a:

- Colaborar com o Município nos termos acordados por ambas as partes;
- Atribuir ao município, acesso com login, à plataforma Eco-Escolas em www.abae.pt/EcoEscolas para consulta de toda a documentação das suas escolas (fichas de acompanhamento, relatórios de candidatura ao galardão, ações, etc);
- Privilegiar o desenvolvimento de ações com as autarquias parceiras;
- Colaborar ou participar com o Município Parceiro na realização de ações ou eventos de educação ambiental para a sustentabilidade promovidos pelo Município, que envolvam as escolas;
- Acompanhar em termos de formação e informação, todas as escolas inscritas no Programa ECO-ESCOLAS;
- Listar no site da ABAE (www.abae.pt) todas as autarquias parceiras com linking para a respectiva página municipal;
- Incluir página pública on-line de cada escola do concelho menção à parceria do município na implementação do Programa e breve descrição do concelho;



- Fazer constar nos certificados Eco-Escolas entregues a cada escola Galardoada, a declaração do apoio do respectivo Município. Todas as escolas dos concelhos com os quais se estabelece a parceria terão o seu Certificado Eco-Escola cancelado com o logotipo do Município;

- Emissão de um Certificado para o Município mencionando o número e nome das Eco-Escolas galardoadas no concelho;

- Entregar uma Bandeira de Secretária para o Município, identificada com o ano da Parceria;

- Disponibilizar a Exposição Eco-Códigos de forma gratuita (desde que levantada e entregue nas nossas instalações) para os Municípios Parceiros e respetivas escolas;

- Difundir e publicar nos órgãos de comunicação social e no Boletim da ABAE – “TerrAzul notícias” - do “MAPA BANDEIRAS VERDES” - Eco-Escolas e respectivos municípios.

Pela Associação Bandeira
Azul da Europa

Pela Câmara Municipal de
Odivelas

O Presidente da
ABAE/FEE Portugal

O Presidente da Câmara/
O Vereador com Delegação

DATA: ____ / ____ / ____

DATA: ____ / ____ / ____

(Aprovado por unanimidade)

PROTOCOLO

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E A UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA /INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Odivelas e a Universidade Católica Portuguesa/Instituto de Ciências da Saúde. São objetivos do protocolo contribuir para o aumento do conhecimento cientificamente válido acerca do funcionamento do cérebro naquilo que é relevante para a prática educativa; o levantamento das situações-problema e operacionalização de programas de prevenção, por forma a desenvolver uma pesquisa neuroeducacional colaborativa entre professores e investigadores do Instituto de Ciências da Saúde – ICS e a Universidade Católica Portuguesa - UCP; a promoção de práticas que privilegiem a promoção do sucesso escolar; a implementação de projetos de investigação nas diversas áreas das ciências da saúde e das ciências sociais e humanas. De acordo com o proposto na Informação

Interno/2017/297, de 2017.01.10, e conforme consta da minuta de protocolo anexa a informação.

“PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS (MO) E A UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA (UCP)

Considerando que:

- a Câmara Municipal de Odivelas (CMO) tem na Educação uma das suas prioridades, não só pelas competências de órgão executivo, mas por ver nela um dos maiores pilares do futuro de uma região/país;

- o Projeto SEII, desenvolvido pela CMO, tem como objetivos, entre outros, sensibilizar a comunidade educativa para a promoção do sucesso escolar e da inclusão social e delinear desenvolver competências nos alunos, professores (ou outros agentes educativos) e pais/encarregados de educação, de forma a incrementar e implementar estratégias de promoção e linhas de orientação para uma intervenção articulada e convergente, numa perspectiva preventiva e proactiva;

- a Universidade Católica Portuguesa (UCP), é uma instituição universitária, livre, autónoma e de utilidade pública, instituída pela Congregação da Educação Católica ao abrigo da Concordata entre Portugal e a Santa Sé e reconhecida pelo Estado português em 1971, cujo diploma de enquadramento legal é o decreto-lei nº 128/90, de 17 de Abril; a Concordata de 2004, no seu artº 21º reconhece a “especificidade institucional” da Universidade Católica Portuguesa e esta constitui uma comunidade que contribui para a defesa e o desenvolvimento da pessoa humana e do seu património cultural mediante a investigação, o ensino e os serviços prestados;

- o Instituto de Ciências da Saúde (ICS-UCP) integra a Universidade Católica Portuguesa e tem como missão criar, partilhar e usar o saber científico através da investigação, do ensino e da prestação de serviços junto da comunidade académica e da sociedade em geral.

O Município de Odivelas (MO), adiante designado por primeiro outorgante, pessoa colectiva n.º 504 293 125, com sede nos Paços do Concelho – Rua Guilherme Gomes Fernandes – Quinta da Memória, 2675-372 Odivelas, representado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Dr. Hugo Martins e

A Universidade Católica Portuguesa (UCP), adiante designado por Segundo Outorgante, Instituição de ensino superior, com sede em Palma de Cima, 1649-023 Lisboa, pessoa coletiva n.º 501082522, representada neste ato pela sua Reitora Professora Doutora Isabel Capelo Gil, através do Instituto de Ciências da Saúde (doravante designado por ICS), neste ato representado pelo seu Diretor, Professor Doutor Alexandre Castro Caldas,



celebram o presente protocolo, que se rege pelas cláusulas seguinte:

Cláusula 1ª

Objeto

Nos termos do presente protocolo e no exercício das respetivas competências institucionais, o primeiro e o segundo outorgante, visam colaborar na realização de ações de interesse mútuo relativas nos domínios da saúde e da educação.

Cláusula 2ª

Objectivos

São objetivos do presente protocolo contribuir para:

- a) o aumento do conhecimento cientificamente válido acerca do funcionamento do cérebro naquilo que é relevante para a prática educativa;
- b) o levantamento das situações-problema e operacionalização de programas de prevenção, por forma a desenvolver uma pesquisa neuroeducacional colaborativa entre professores e investigadores do ICS-UCP;
- c) a promoção de práticas que privilegiem a promoção do sucesso escolar;
- d) a implementação de projetos de investigação nas diversas áreas das ciências da saúde e das ciências sociais e humanas.

Cláusula 3ª

Responsabilidades do Município de Odivelas (MO)

O primeiro outorgante obriga-se a:

- a) Divulgar atividades conjuntas no seu *site* oficial;
- b) Promover a divulgação do apoio prestado pela segunda outorgante a projetos da CMO, no âmbito deste protocolo, nos órgãos de comunicação social;
- c) Preparar e elaborar atividades conjuntas com o segundo outorgante, como sejam reuniões, formações, seminários, encontros e produção de trabalhos de investigação nas áreas da saúde e educação, sendo que cada ação será alvo de uma adenda;
- d) Acolher estudantes/estágios académicos do ICS-UCP no âmbito dos seus Mestrados;
- e) Aceitar que a segunda outorgante participe em reuniões de preparação e avaliação de ações a levar a cabo no âmbito do presente protocolo;

- f) Incluir em documentação e divulgação associada a projectos comuns o logótipo/referência do segundo outorgante.

Cláusula 4ª

Responsabilidades da Universidade Católica Portuguesa (UCP)

O segundo outorgante obriga-se a:

- a) Divulgar atividades conjuntas no *site* oficial do ICS-UCP;
- b) Preparar e elaborar atividades conjuntas com o primeiro outorgante, como sejam reuniões, formações, seminários, encontros e produção de trabalhos de investigação nas áreas da saúde e educação;
- c) Desenvolver programas como encontros, ações de formação e sensibilização na área da deteção e intervenção precoce de situações de risco da população estudantil para a comunidade educativa do concelho de Odivelas;
- d) Promover e estabelecer a comunicação e a interligação entre o primeiro outorgante e instituições e/ou organismos com relevância e interesse na área da saúde e educação em geral e dos comportamentos de risco em particular;
- e) Aceitar que o primeiro outorgante participe em reuniões de preparação e avaliação de ações a levar a cabo no âmbito do presente protocolo.

Cláusula 5ª

Gestão do protocolo

Este Protocolo será gerido, em cada ano civil, em conjunto, pelos dois outorgantes de forma a definir, nesse período, os procedimentos a seguir.

Cláusula 6ª

Recursos Abrangidos

Os recursos logísticos, técnicos e financeiros das atividades comuns serão sempre previamente acordados entre as duas partes.

Cláusula 7ª

Confidencialidade

Os outorgantes obrigam-se reciprocamente, durante a vigência do presente protocolo, a utilizar a informação que lhes for facultada, única e exclusivamente para efeitos e no âmbito do presente protocolo, abstendo-se do uso fora deste contexto e independentemente dos fins, quer em benefícios próprios quer de terceiros.



Cláusula 8ª
Vigência

O presente protocolo tem a duração de 1 (um) ano e entra em vigor, após publicação no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões e posterior assinatura, considerando-se automaticamente renovado por iguais e sucessivos períodos, caso não seja denunciado por qualquer um dos outorgantes, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação ao seu termo, mediante comunicação por carta registrada com aviso de receção.

Cláusula 9ª
Resolução de Conflitos/Revisão

Os casos omissos, dúvidas ou eventualmente, litígios decorrentes da execução do presente protocolo, serão resolvidos, por mútuo acordo dos outorgantes, em conformidade com a legislação aplicável.

Odivelas, de de 201

Pela CMO
O Presidente da Câmara

Pela Universidade Católica
Portuguesa
A Reitora

(Hugo Martins, Dr.)

(Isabel Capelo Gil,
Professora Doutora)”

(Aprovado por unanimidade)

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

**ALTERAÇÃO AO
PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO
DE ODIVELAS E A COMISSÃO NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS
DIREITOS E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS**

Alteração ao Protocolo de Cooperação, celebrado entre o Município de Odivelas e a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, ratificado na 14.ª reunião ordinária realizada no dia 13 de julho de 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 14 de 2016*, página 13), e assinado no dia 11 de julho de 2016. A alteração proposta refere-se a alteração ao número 2 da cláusula oitava do protocolo, de acordo com o proposto na Informação Interno/2016/697 de 2017.01.18, e conforme a minuta do protocolo anexa à informação.

“Alteração proposta:

*Cláusula Oitava
(Vigência e Denúncia)*

1 – (...)

2 – *O presente Protocolo de Cooperação vigorará até 30 de junho de 2017, sendo renovado automaticamente por períodos de 6 (seis) meses, podendo ser denunciado por qualquer das partes com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias”*

“ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

CELEBRADO ENTRE A COMISSÃO NACIONAL DE
PROMOÇÃO DOS DIREITOS PROTEÇÃO DAS
CRIANÇAS E JOVENS E O MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Considerando que:

Em 11 de julho de 2016 entre a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens e o Município de Odivelas foi celebrado um protocolo de cooperação com o objetivo de afetar 2 técnicos para apoio à atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odivelas, na modalidade restrita, nos termos do previsto no artigo 20.º - A da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), na sua atual redação;

Com a celebração do referido protocolo pretendeu-se aumentar a capacidade protetiva das CPCJ que revelaram manifesta falta de meios humanos, em resultado da monitorização e acompanhamento prévios realizados pela comissão nacional.

A efetiva afetação dos técnicos para apoio à atividade das CPCJ abrangidas foi decorrendo ao longo do período de vigência dos protocolos celebrados para o efeito, não permitindo a realização de uma avaliação final dos resultados obtidos na resposta protetiva das respetivas CPCJ.

Demonstra-se assim necessário garantir as condições que permitam uma monitorização e avaliação dos resultados obtidos na capacidade protetiva das CPCJ abrangidas pela medida excecional prevista no supramencionado artigo.

O prolongamento da vigência dos protocolos celebrados com todas as CPCJ é condição necessária à realização da referida avaliação, da qual dependerá a eventual manutenção da medida de apoio técnico de caráter excecional adotada ao abrigo do artigo 20. A da referida lei.,

Entre

A Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, neste ato representada pelo seu Presidente, Armando Leandro,

E



O Município de Odivelas, representado neste ato pelo seu Presidente, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins,

É, livremente e de boa-fé, celebrada a presente alteração ao Protocolo de Cooperação celebrado entre as partes nos termos seguintes:

Artigo único

Com a presente alteração ao Protocolo de Cooperação celebrado entre a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens e o Município de Odivelas, em 11 de julho de 2016, a cláusula oitava passa a ter a seguinte redação:

“Cláusula Oitava
(Vigência e Denúncia)

1 - [...].

2 - O presente protocolo de cooperação vigorará até 30 de junho de 2017, sendo renovado automaticamente por períodos de 6 (seis) meses, podendo ser denunciado por qualquer das partes com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.”

A presente alteração ao Protocolo de Cooperação, celebrado entre as partes em 11 de julho de 2016, é feita em dois originais, destinando-se um original para cada urna das partes.

Lisboa, 28 de novembro

O Primeiro Outorgante
Comissão Nacional de
Promoção dos Direitos e
Proteção das Crianças e Jovens

O Presidente

(Juiz Conselheiro Jubilado
Armando Leandro

O Segundo Outorgante
Município de Odivelas

O Presidente da Câmara
Municipal de Odivelas

(Dr. Hugo Manuel dos
Santos Martins)”

(Aprovado por unanimidade)

PROTOCOLO

**REVOGAÇÃO DE PROTOCOLO E AUTORIZAÇÃO PARA A
CELEBRAÇÃO DE NOVO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO
DE ODIVELAS E O INSTITUTO DE SOLDADURA E QUALIDADE**

Revogação do Protocolo, celebrado em 2011 entre o Município de Odivelas e o Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ), e autorização para a celebração de novo Protocolo entre as entidades mencionadas. O protocolo a celebrar visa implementar uma parceria de cooperação de atividades formativas, no âmbito dos financiamentos do Portugal 2020, cuja duração se prevê até 2020, nas áreas de formação em candidatura do ISQ. As ações de formação, a realizar no âmbito do protocolo a celebrar, destinam-se a jovens adultos, com idade igual ou superior a 18 anos e com habilitação escolar igual ou superior ao 9º ano de escolaridade. De acordo com o proposto na Informação Interno/2017/511 de 2017.01.16, e conforme a minuta do protocolo anexa à informação.

“PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO
(Proposta de minuta)

Considerando que:

- 1) O ISQ é uma entidade formadora certificada pela DGERT e pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação, nos seus sistemas de gestão de qualidade, segurança e ambiente e que presta serviços na área da formação profissional, há mais de 45 anos;
- 2) O ISQ desenvolve a sua atividade em todo o território nacional e no estrangeiro;
- 3) É estratégia do ISQ estabelecer relações e parcerias locais consolidadas (desde o primeiro quadro comunitário), tendo formado mais de 171.253 pessoas desde 1994 em todo o território nacional;
- 4) A Câmara Municipal de Odivelas, através do Setor da Juventude, desenvolve atividades tendentes à formação e a capacitação da população jovem do concelho;
- 5) O ISQ e o Município de Odivelas mantêm uma relação de parceria desde 2011, tendo sido celebrado um protocolo de colaboração no âmbito do programa POPH - Programa Operacional de Potencial Humano, programa integrado no QREN;
- 6) No âmbito do Portugal 2020, as partes acordam em estabelecer, uma vez mais, uma parceria de cooperação para a realização de atividades formativas, através da celebração do presente protocolo.

É celebrado entre:



O ISQ - Instituto de Soldadura e Qualidade, com sede em Taguspark, Oeiras, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva n.º 500 140 022, neste ato representado por Ana Marina Ramos Teodoro Batista, portadora do cartão de cidadão n.º 879 8105 munida dos necessários poderes para o efeito e na qualidade de Responsável pela Formação Financiada, adiante designada como ISQ

e

O Município de Odivelas, pessoa coletiva n.º 504 293 125, com sede nos Paços do Concelho – Rua Guilherme Gomes Fernandes, Quinta da Memória – 2675 – 372 Odivelas, representado neste ato por Hugo Martins, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, adiante designado como Município de Odivelas.

O seguinte protocolo de cooperação o qual se rege pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

(Objeto e áreas de cooperação)

1. O presente acordo visa implementar uma parceria de cooperação de atividades formativas, no âmbito dos financiamentos do Portugal 2020, cuja duração se prevê até 2020, nas áreas de formação em candidatura do ISQ.

2. As ações de formação a realizar no âmbito do presente protocolo destinam-se a jovens adultos, com idade igual ou superior a 18 anos e com habilitação escolar igual ou superior ao 9º ano de escolaridade.

Cláusula 2ª

(Direitos e obrigações)

1. O Município de Odivelas está obrigado a:

- a) Apoiar o ISQ na divulgação dos cursos;
- b) Receber inscrições, em caso de necessidade, e enviar para ISQ;
- c) Indicar possíveis formadores locais;
- d) Quando necessário, ceder salas de formação nas suas instalações, em horário Laboral e pós-laboral, para o bom funcionamento das ações de formação, as quais devem estar preparadas e equipadas de material para a monitoria da componente prática dos cursos e equipamento informático, caso necessário. Neste caso, aquando do início de cada ação de formação será realizado entre ambas as entidades um contrato de cedência de salas de formação.

2. O ISQ, enquanto Entidade Formadora acreditada, está obrigado a:

- a) Divulgar, implementar e operacionalizar as ações de formação de curta duração para os referidos jovens

adultos nas áreas de competência chave abrangidas pela referida candidatura.

- b) Recrutar e seleccionar formadores com competências pedagógicas comprovadas.

- c) Facultar todo o material didático de apoio à formação que seja necessário no âmbito deste Protocolo, sem que haja qualquer transferência de direitos sobre a documentação / equipamentos utilizados.

3. Ambas as Entidades têm o direito de usar o bom nome de cada uma para efeitos de disseminação no âmbito deste protocolo.

Cláusula 3ª

(Confidencialidade)

O Município de Odivelas deverá guardar sigilo sobre todas as informações obtidas, cuja revelação possa prejudicar o ISQ ou as entidades às quais presta serviços, obrigando-se designadamente, a guardar absoluto sigilo quanto a marcas patentes, software, processos, modelos e desenhos industriais, técnicas laboratoriais e outras análogas a que tenha acesso no ISQ, e/ou empresas e demais entidades a que este preste serviços, ou com quem colabore de algum modo.

Cláusula 4ª

(Duração)

Este protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura, e terá uma duração de um ano, sendo automática e sucessivamente renovável, por igual período, caso nenhuma das partes o denuncie com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, relativamente ao seu termo, através de carta registada com aviso de receção.

Cláusula 5ª

(Omissões)

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente protocolo serão analisados e resolvidos em conjunto pelas partes intervenientes, podendo ou não ser reduzidos a escrito, como adenda ao presente protocolo.

O presente Protocolo é feito em duplicado, ficando um exemplar em poder de cada uma das partes, aos ... dias do mês de de 2017.

Pelo ISQ – Instituto de
Soldadura e Qualidade

(Ana Marina Ramos Teodoro
Batista)

Pelo Município de Odivelas

(Hugo Martins)''

(Aprovado por unanimidade)



ACORDO DE EXECUÇÃO

ADENDA AO ACORDO DE EXECUÇÃO PARA A CONCRETIZAÇÃO DE DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS E A JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DA PONTINHA E FAMÕES

Celebração de Adenda ao Acordo de Execução para a Concretização de Delegação Legal de Competências da Câmara Municipal de Odivelas com a Junta da União de Freguesias da Pontinha e Famões para a manutenção dos espaços verdes envolventes ao Parque de Recreio e Lazer no Bairro da Milharada/Pontinha, nos termos estabelecidos no Regulamento de Espaços Verdes Parques e Jardins da Câmara Municipal de Odivelas, sendo expressamente proibido efetuar alterações às zonas verdes, sem prévia autorização da Divisão de Gestão Ambiental/ Setor de Construção e Conservação de Espaços Verdes e de Jardins.

O Município de Odivelas obriga-se a transferir anualmente para a Junta da União das Freguesias de Pontinha e Famões, os meios financeiros destinados ao exercício desta competência, no montante de € 2.874,96 (dois mil oitocentos e setenta e quatro euros e noventa e seis cêntimos), sendo fixados em função dos encargos com recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários ao bom desempenho da competência delegada, até ao final do mandato de 2013/2017, e levando em conta os custos inerentes a cada m2 de área verde a gerir e manter. O valor a transferir correspondente ao ano económico de 2016 será de dois meses, de novembro a dezembro de 2016, no total de € 479,16 (quatrocentos e setenta e nove euros e dezasseis cêntimos). De acordo com o proposto na Informação Interno/2017/305, de 2017.01.10, e nos termos da minuta de Adenda ao Acordo de execução anexa à informação.

“MINUTA

ADENDA AO ACORDO DE EXECUÇÃO
PARA A CONCRETIZAÇÃO DA DELEGAÇÃO LEGAL DE
COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS NA
JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E
FAMÕES PARA A GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS
VERDES

AO ABRIGO DOS N.ºs 4 E 5 DA CLÁUSULA 2.ª
DO ACORDO DE EXECUÇÃO

Entre:

O MUNICÍPIO DE ODIVELAS, pessoa coletiva de direito público n.º 504 293 125, com sede nos Paços do Concelho, Quinta da Memória, na Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, neste ato representada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Senhor Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, e

A JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES, pessoa coletiva de direito público n.º 510 838 880, com sede na Av. 25 de Abril, n.º 22 A, na Pontinha, neste ato representada pelo Senhora Presidente da Junta, Senhora Dra. Corália Viçoso da Conceição Afonso Rodrigues,

é celebrado o presente acordo adicional de execução para concretização da delegação legal de competências da Câmara Municipal, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 4 e 5 da Cláusula 2.ª do respetivo Acordo de Execução.

E após aprovação dos respetivos órgãos deliberativos, nos termos da Deliberação da Câmara Municipal tomada na suaª Reunião Ordinária de de de 2016, é subscrito e reciprocamente aceite o presente acordo adicional, o qual se rege pelos termos e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Junta da União das Freguesias de Pontinha e Famões obriga-se a gerir e a assegurar a manutenção dos espaços verdes envolventes ao Parque de Recreio e Lazer no Bairro da Milharada – Pontinha, nos termos estabelecidos no Regulamento de Espaços Verdes Parques e Jardins da Câmara Municipal de Odivelas, sendo expressamente proibido efetuar alterações às zonas verdes, sem prévia autorização da Divisão de Gestão Ambiental/ Setor de Construção e Conservação de Espaços Verdes e de Jardins.

CLÁUSULA SEGUNDA

O Município de Odivelas obriga-se a transferir anualmente para a Junta da União das Freguesias de Pontinha e Famões, os meios financeiros destinados ao exercício desta competência, no montante de € 2.874,96 (dois mil oitocentos e setenta e quatro euros e noventa e seis cêntimos), sendo fixados em função dos encargos com recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários ao bom desempenho da competência delegada, até ao final do mandato de 2013/2017, e levando em conta os custos inerentes a cada m2 de área verde a gerir e manter.

O valor a transferir correspondente ao ano económico de 2016 será de dois meses, de novembro a dezembro de 2016, no total de € 479,16 (quatrocentos e setenta e nove euros e dezasseis cêntimos).

CLÁUSULA TERCEIRA

A Junta da União das Freguesias de Pontinha e Famões obriga-se a manter a integridade das árvores existentes na zona em causa, mantendo a sua forma e crescimento natural, sendo expressamente proibido a poda sem o acompanhamento técnico dos serviços competentes da Câmara Municipal.



CLÁUSULA QUARTA

A Junta da União das Freguesias de Pontinha e Famões obriga-se a permitir que a manutenção da zona objeto do presente Acordo Adicional seja acompanhada pelos técnicos municipais bem como a cumprir todas as orientações técnicas fornecidas extraordinariamente por aqueles com o objetivo de assegurar a melhor manutenção da zona verde em causa.

Odivelas, de de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

A Presidente da Junta da União das Freguesias de Pontinha e Famões”

(Aprovado por unanimidade)

RETIRAR PONTO

MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES ENVOLVENTES AO PARQUE INFANTIL DO BAIRRO DA SERRA DA LUZ/PONTINHA

Retirar da Ordem de Trabalhos da presente reunião da Câmara Municipal de Odivelas o ponto 3.11 referente à “Proposta de Celebração de Adenda ao Acordo de Execução para a Concretização de Delegação Legal de Competências entre a CMO e a Junta da União de Freguesias da Pontinha e Famões para a Manutenção dos Espaços Verdes Envolventes ao Parque Infantil do Bairro da Serra da Luz/Pontinha.”

(Aprovado por unanimidade)

PLANO LOCAL DE SAÚDE

“COMPROMISSO PARA A SAÚDE”

Documento “Compromisso para a Saúde” a celebrar entre o Município de Odivelas, o Município de Loures, o ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) de Loures e Odivelas e o Hospital Beatriz Ângelo, no âmbito da implementação do Plano Local de Saúde Loures-Odivelas 2013/2016, de acordo com o proposto na Informação Interno/2017/209, de 2017.01.06.

“COMPROMISSO para a SAÚDE LOURES e ODIVELAS

O PLANO LOCAL de SAÚDE (PLS) 2013-2016 – Extensão a 2020 do Agrupamento de Centros de Saúde (ACeS) Loures-Odivelas é um instrumento essencial de gestão e melhoria do estado de saúde das populações dos territórios dos Concelhos de Loures e de Odivelas.

O PLS 2013-2020, considerando a magnitude, transcendência social e económica e vulnerabilidade, identifica os cinco Problemas de Saúde prioritários para uma intervenção concertada:

- Diabetes Mellitus
- Doenças Cardiovasculares
- Tumor da Mama Feminina
- Obesidade
- Tumores do Aparelho Digestivo

O PLS consubstancia uma estratégia para minimizar o impacto das principais causas de mortalidade e morbilidade dos cidadãos de ambos os concelhos, exigindo um amplo consenso e partilha de responsabilidades entre os principais atores responsáveis pela gestão dos territórios concelhios e os serviços de saúde que os servem, garantindo, simultaneamente, uma ampla base de apoio no terreno, quer entre as instituições relevantes para o atingimento dos objetivos definidos, as quais não se esgotam, naturalmente, nos serviços que prestam cuidados de saúde ou similares quer, sobretudo, entre os cidadãos do território considerado.

Uma intervenção integrada sobre as principais determinantes dos Problemas de Saúde prioritários do PLS 2013-2020 exige:

- O desenvolvimento de estratégias de saúde, através da articulação/integração do Hospital Beatriz Ângelo/ACeS Loures-Odivelas e outras instituições de saúde da área de influência do ACeS;
- O desenvolvimento de Políticas de Promoção da Saúde, com mobilização da comunidade – cidadãos e seus representantes e instituições comunitárias;
- A criação, para potenciar a promoção da saúde na comunidade, de um Grupo para o Desenvolvimento Local da Promoção da Saúde que permita envolver todos os interessados na definição da estratégia local de Promoção da Saúde e no acompanhamento da sua implementação.

O estabelecimento de parcerias virtuosas entre todos os interessados na Promoção da Saúde deve ser enquadrado por uma moldura que lhes assegure robustez, qualidade técnica e representatividade social.



Nesse sentido, consideram o Município de Loures, o Município de Odivelas, o ACeS Loures-Odivelas e o Hospital Beatriz Ângelo estabelecer o presente compromisso em torno dos objetivos do PLS 2013-2020 e do desenvolvimento de uma estratégia de Promoção da Saúde com ampla participação de cidadãos e instituições, através do qual se comprometem a desenvolver os seus melhores esforços, dentro dos limites dos recursos de que dispõem, para, até 2020:

- Articularem e integrarem as suas atividades na área da saúde para, de forma sinérgica, garantirem a sua qualidade técnica, potenciarem a sua efetividade e aumentarem a sua cobertura;
- Desenvolverem conjuntamente ações de Promoção da Saúde, mobilizando as comunidades, aumentando a sua literacia em saúde e disseminando estilos de vida saudável;
- Promoverem e desenvolverem, em conjunto, a criação do Grupo para o Desenvolvimento Local da Promoção da Saúde, participando na sua Coordenação e promovendo a participação de cidadãos e instituições na sua Assembleia.

Loures, 31 de janeiro de 2017

O Município de Loures

O Município de Odivelas

O Hospital Beatriz Ângelo

O ACeS Loures-Odivelas

”

(Aprovado por unanimidade)

SUBSCRIÇÃO

APELO POR UMA VERDADEIRA POLÍTICA EUROPEIA COMUM DE ASILO

Subscrição do “Apelo por uma Verdadeira Política Europeia Comum de Asilo”, promovido pelo Conselho de Municípios e Regiões de Europa (federação de 55 associações de municípios de 41 países europeus, da qual a Associação Nacional de Municípios Portugueses é a secção nacional), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/269, de 2017.01.09.

“Apelo a uma verdadeira Política Europeia Comum de Asilo

Comité político do CEMR, Nicósia, 20 Abril 2016

Nós, Presidentes de Câmara e representantes eleitos ao nível local e regional, reunidos no Comité Político no Chipre, pela ocasião do Congresso dos Municípios e Regiões da Europa - em representação das 130,000 autoridades Locais e regionais, membros das nossas 55 associações nacionais - apelamos a uma verdadeira Política Europeia Comum de Asilo e no seguimento da nossa resolução de 7 de Dezembro de 2015:

Manifestamos o nosso compromisso com os valores humanos que constituem o Projecto Europeu e relembramos a necessidade de solidariedade entre os Estados Membros da União Europeia e além das suas fronteiras.

Reafirmamos que uma integração bem sucedida necessita que os valores Europeus sejam respeitados por parte dos refugiados, em particular os direitos humanos e a igualdade de género.

Recordamos que a crise dos refugiados precisa de ser resolvida ao nível europeu, através de uma legislação europeia de asilo que envolva todos os Estados Membros e, desta forma, **saudamos** as recentes propostas da Comissão Europeia para reformar o Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA) e estabelecer rotas legais e seguras para a entrada na Europa.

Reafirmamos o nosso compromisso com as actuais disposições do Tratado em matéria de liberdade, segurança e justiça para a criação de um sistema justo, solidário e permanente de relocalização de refugiados em todos os países da União Europeia através de rotas seguras, directamente dos pontos de chegada e dos países que fazem fronteira com a União Europeia.

Tomamos nota do acordo alcançado recentemente entre a UE e a Turquia; contudo, apelamos a uma sólida e rigorosa monitorização da sua implementação e a uma avaliação dos seus resultados num período de tempo razoável.

Relembramos que os Estados Membros da União Europeia e a Turquia, sempre que aplicável, têm de respeitar as legislações humanitária e de asilo, tanto internacionais como europeias, consagradas na Carta das Nações Unidas, na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, na Convenção de Genebra e o Protocolo relativo ao estatuto de refugiado, assim como os tratados e directivas da União Europeia.

Apelamos, ao abrigo da legislação europeia e internacional, a um processo controlado e eficaz de relocalização dos refugiados que vá para além da implementação do acordo alcançado em Setembro de



2015 para 160.000 refugiados da Grécia e de Itália, e para além do acordo com a Turquia.

Manifestamos a nossa profunda solidariedade com os representantes eleitos a nível local e regional de toda a Europa e dos Balcãs, assim como da Turquia e do Médio Oriente, incluindo o Líbano e a Jordânia, que acolhem e realoizam refugiados nos seus municípios e reafirmamos o nosso apoio a medidas que tenham em vista a resolução das verdadeiras causas da crise nos países de origem.

Pedimos que a União Europeia e os Estados Membros respeitem a autonomia local e regional de governação e assegurem os meios necessários para o acolhimento de refugiados através de financiamentos adequados para os governos locais e regionais e de um diálogo permanente com governos centrais sobre os procedimentos a seguir.

Recordamos aos líderes Europeus a Carta Europeia de Autonomia Local e insistimos na aplicação do princípio de parceria na realocização de refugiados nos nossos municípios e regiões.

Reafirmamos o compromisso dos governos locais e regionais, como principais prestadores de serviços públicos locais, dotados dos mecanismos de suporte e dos recursos necessários, de providenciar as medidas adequadas a uma integração eficaz numa perspectiva de médio e longo prazo.

Assim, e de forma a corresponder à emergência humanitária que resulta da chegada de refugiados e a garantir que a integração é feita da melhor maneira possível, destacamos o seguinte:

Nos aspectos financeiros

Recomendamos

1. O ajustamento dos actuais Programas Operacionais dos Fundos Estruturais, onde aplicável, de forma a possibilitar aos governos locais e regionais o acesso a fundos para financiar processos de integração a médio e longo prazo, frequentemente associados a serviços de interesse geral (i.e. habitação, cuidados de saúde, apoio social, educação, etc...) que estão no centro das competências dos serviços públicos locais.

2. Ter em consideração no processo de negociações de revisão do próximo Quadro Financeiro Plurianual o aspecto de financiamento para o acolhimento e integração de refugiados.

3. A disponibilização de empréstimos sem juros por parte do Banco Europeu de investimento aos municípios e organismos públicos, para a construção de habitação e infraestruturas.

4. A possibilidade de investir recursos financeiros das contas públicas para a criação e reforço dos serviços para acolhimento e integração de refugiados.

Nos aspectos de segurança

Apoiamos

1. As propostas da Comissão Europeia para a manutenção do sistema de Schengen, do reforço da segurança das fronteiras da União Europeia através de uma Guarda Europeia Costeira e de Fronteiras operacional, assim como da reforma do Regulamento de Dublin, a qual deve ser implementada com a maior brevidade possível, enquanto se mantêm as actuais provisões e cláusulas de auto exclusão do Tratado, nomeadamente em matérias de Liberdade, Segurança e Justiça e Schengen.

Apelamos

2. Ao acompanhamento de perto do estatuto de país de origem seguro previsto na legislação internacional, estabelecendo uma lista de países a nível europeu, no sentido de evitar as expulsões colectivas para zonas de guerra e de acelerar os processos de registos.

3. Acelerar os processos de obtenção de protecção internacional para a realocização de refugiados para um destino decidido pela União Europeia; não obstante, e sempre que possível, as especificidades dos países em questão e dos refugiados devem ser tidas em consideração.

4. Uma atenção especial deve ser dada aos menores desacompanhados e aos seus direitos, de forma a garantir a sua protecção ao longo de um processo europeu justo e permanente de realocização entre Estados Membros.

5. Ao reconhecimento das necessidades dos menores desacompanhados, devendo ser-lhes assegurada protecção, uma vez que se encontram numa situação particularmente vulnerável a abusos, exploração e a um maior risco de se tornarem vítimas de tráfico de seres humanos.

6. Medidas para proteger as mulheres refugiadas, que também constituem um grupo susceptível de ser exposto a abusos e tráfico de seres humanos.

Nos aspectos de integração

Reconhecemos

1. A solicitação para requerer, de acordo com a lei nacional, que os refugiados que recebam benefícios sociais para facilitar a sua integração se mantenham na autoridade local de acolhimento que lhes foi atribuída no período durante o qual tenham recebido apoio, em linha com a



recente jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia¹.

Precisamos

2. Aumento dos esforços tendo em vista uma melhor coordenação de acções, em diálogo entre os governos locais, regionais e nacionais, e de relocalizar os refugiados de forma justa e solidária por todos os municípios e regiões ao nível europeu.

3. Do apoio dos governos centrais às autoridades locais e regionais, de forma a evitar efeitos de sobrecarga nos sistemas de protecção social e potenciais riscos de aumento da xenofobia.

4. Investimentos na educação e outras iniciativas adicionais que promovam a entrada no mercado de trabalho por parte dos recém chegados, em particular as mulheres.

5. Atenção particular, a todos os níveis de governo, à prevenção de conflitos, em matérias de rejeição, xenofobia e potenciais riscos de radicalização, através da promoção do diálogo entre comunidades de acolhimento e refugiados.

6. Relembrar o nosso compromisso com o princípio de solidariedade e a nossa recusa de qualquer exploração política da crise dos refugiados.

7. Que seja prestado apoio por parte das instituições da União Europeia, ao CEMR e a todas as suas associações membro, para a criação de uma plataforma específica de partilha de práticas e experiências, atribuindo particular ênfase à integração de refugiados pelos governos locais e regionais.

¹C-443/14 and C-444/14”

(Aprovado por maioria)

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

PARQUE DOS BICHOS

Parceria a celebrar entre o Município de Odivelas e a empresa Pontizoo, Comércio de Animais de Estimação, Lda., no âmbito da Gestão do Parque dos Bichos, através de um Protocolo de Colaboração, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/210/2017, de 2017.01.06.

Foram ainda propostas as seguintes alterações ao referido Protocolo, no decorrer da sua discussão na presente reunião, constantes na respetiva minuta da ata: “Na Cláusula Segunda é retirado o ponto 2”

“(Minuta)

Protocolo de Colaboração

Entre o Município de Odivelas, com sede nos Paços do Concelho, Rua Guilherme Gomes Fernandes, Quinta da Memória, Odivelas, Pessoa Coletiva n.º 504 293 125, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Hugo Martins, adiante designado por *Primeiro Outorgante*,

E

“Pontizoo, Comércio de Animais de Estimação, Lda”, empresa de comércio de animais e acessórios para animais, NIPC 505584980, sita na Rua Cabo Delgado, n.º 1-A, Pontinha, representada por Paulo Lourenço, adiante designado por *Segundo Outorgante*,

É celebrado o presente Protocolo de Colaboração, que se rege pelas cláusulas seguintes, que as partes aceitam e, reciprocamente, se obrigam a fazer cumprir:

Cláusula Primeira

(Do Objeto)

Com o presente Protocolo visa-se estabelecer uma parceria, cujo objetivo primordial é a divulgação do Parque dos Bichos, Centro Oficial de Recolha Animal do Concelho, e promover a adoção dos canídeos ali temporariamente alojados, nas condições indicadas nas cláusulas seguintes.

Cláusula Segunda

(Das responsabilidades do Segundo Outorgante)

1. O Segundo Outorgante compromete-se a oferecer:

a. 2 Kg de ração ao Parque dos Bichos, por cada animal que ali for adotado;

b. Para cada adotante, voucher com 15% de desconto em qualquer compra efetuada na loja e 1 kg de ração. O voucher só pode ser utilizado uma vez e é entregue no Parque dos Bichos, conferindo ao adotante as vantagens atrás enunciadas quando se deslocar à loja;

c. Cedência de espaço ao Primeiro Outorgante para divulgação de informações que este considere pertinente.

Cláusula Terceira

(Das responsabilidades do Primeiro Outorgante)

1. No âmbito da celebração do presente Protocolo, o Primeiro Outorgante compromete-se a facultar espaço no



Parque dos Bichos para divulgação da empresa “Pontizoo, Comércio de Animais de Estimação, Lda” definindo as dimensões, local e tempo de exposição, bem como aprovando previamente o conteúdo da mesma.

Cláusula Quarta
(Da Divulgação da Parceria)

Ambas as partes podem comunicar a parceria através dos meios de comunicação que tiverem à sua disposição, nomeadamente meios informáticos online. Contudo, dadas as especificidades próprias do Primeiro Outorgante, o Segundo Outorgante deverá remeter ao Primeiro Outorgante, para prévia aprovação, toda a publicação que pretenda disponibilizar em qualquer suporte. Este procedimento poderá ser efetuado por e-mail e terá uma resposta tão célere quanto possível da parte do Primeiro Outorgante, nunca excedendo as 72 horas.

Cláusula Quinta
(Da Vigência)

1. Sem prejuízo de eventual revisão, por acordo dos Outorgantes, o presente protocolo entra em vigor após a publicação no Boletim Municipal e aquando da data da sua assinatura, mantendo-se em vigor pelo período de um ano, renovável por iguais períodos, se nenhuma das partes o denunciar.

2. Em caso de denúncia, por violação do estabelecido no presente Protocolo, a parte terá que comunicar à outra a sua intenção, por carta registada com aviso de receção, com uma antecedência de pelo menos 30 dias e invocando o incumprimento que dá origem à cessação do contrato.

3. A cessação prevista no número anterior não dá lugar ao pagamento de qualquer compensação.

Cláusula Sexta
(Disposições Finais)

O presente Protocolo foi efetuado em dois exemplares, que vão ser assinados pelos representantes das partes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

O Presidente da
Câmara Municipal de
Odivelas

(Hugo Martins, Dr.)

Pela “Pontizoo, Comércio de
Animais de Estimação, Lda”

Paulo Lourenço”

(Aprovado por unanimidade)

FISCALIZAÇÃO

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS POR OCUPAÇÃO E SEU DESTINO FINAL

Aquisição por ocupação e seu destino final através de alienação por desmantelamento qualificado, nos termos do n.º 4, do art.º 10 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e /ou Indevidamente na Via Pública, dos veículos abaixo discriminados, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/468, 2017.01.13:

Destino Final – Alienação por Desmantelamento Qualificado

MARCA/MODELO	MATRÍCULA
Nissan Almera	72-33-IC
Ford Escort	03-92-IQ
Fiat Palio	67-67-LR
Citroen Xantia	12-49-EC
Citroen Ax	27-24-AO
Renault Megane	80-50-PD
Peugeot Partner	98-23-RX
Opel Corsa	34-88-EZ
Opel Corsa	57-01-LX
VW Golf	s/ matrícula
Skoda Fabia	23-94-SM
Renault Megane	24-29-UI
Honda Civic	03-23-LA
Mitsubishi Carisma	74-81-JR
Fiat Brava	47-76-GF
Opel Kadet	JT-71-56
Seat	49-73-CN
Opel Vectra	69-EX-23
Honda Civic	91-62-JR
VW Passat	94-03-SL
Fiat Punto	86-31-FQ
Lada 4x4	20-75-FM
Fiat Punto	33-44-GM
Alfa Romeo	98-07-IR
Rover 414	59-65-IS
Citroen Zx	33-03-EO



Fiat Marea	58-33-NP
Skoda Felicia	63-45-OX
Opel Astra	63-69-CV
Honda Civic	PE-21-19
Renault Twingo	24-37-CH
Fiat Punto	34-71-QX
Ford Fiesta	UH-38-82
Ford Fiesta	80-12-IF
Citroen Saxo	01-43-IJ
Hyundai	95-59-XL
Ford Courier	01-75-AE
Renault Clio	37-81-BB
Peugeot 106	21-33-HX
Renault Clio	78-10-DR
Peugeot 206	39-39-TZ
Mazda	99-88-GX
Citroen Bx	JR-62-46
Ford Galaxy	97-62-IH
Opel Agila	25-28-XE
Citroen Zx	91-27-EQ
Peugeot Partner	68-01-MX
Renault 5	6575YP78
Roulote	L-30232

(Aprovado por unanimidade)

DIREITO DE SUPERFÍCIE

EXTINÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE UNIÃO DE FREGUESIAS DE PÓVOA DE SANTO ADRIÃO E OLIVAL BASTO

Relativamente a parcela de terreno municipal para construção, com a área de 2.075 m², sita na Estrada Nacional, n.º 8, União das Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, Concelho de Odivelas, foi deliberado o seguinte, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/12436, de 2016.12.22:

-extinção do Direito de Superfície, constituído a favor da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, através de Escritura Pública outorgada em 21 de

julho de 2005, sobre referida parcela de terreno municipal para construção, com a área de 2.075 m², sita na Estrada Nacional, n.º 8, União das Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, Concelho de Odivelas, descrita na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob a ficha n.º 975, desanexada do n.º 11304 da freguesia da Póvoa de Santo Adrião (com aquisição registada a favor do Município de Odivelas pela apresentação n.º 27, de 17 de maio de 2002), e inscrita na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1505 da União das Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto;

-a consequente reversão da aludida parcela de terreno para o Município de Odivelas e o subsequente cancelamento do registo de Direito de Superfície junto da Conservatória do Registo Predial.

(a cedência, do referido Direito de Superfície, favor da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, foi aprovada na 14.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 14 de julho de 2004 - publicada no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 15/2004, de 27 de julho, pag. 8)

(Aprovado por maioria)

CEDÊNCIA DE DIREITO DE SUPERFÍCIE UNIÃO DE FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES

Cedência, em direito de superfície, a favor da Associação de Proprietários e Moradores do Casal do Rato, de parcela de terreno municipal designada pela letra “C”, sita na Rua do Parque, Lugar da Presa, no Bairro Casal do Rato, União das Freguesias de Pontinha e Famões, com a área de 2.795,00m², para construção de “Edifício/Sede Multiusos” e criação de um Parque Infantil, nos seguintes termos, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/11747, de 2016.11.28.

“Termos e Condições do Direito de Superfície:

A constituição do Direito de Superfície a favor da APMCR, objeto da presente proposta, fica subordinada às seguintes condições:

a) – Objeto:

1. O Direito de Superfície a constituir a título gratuito a favor da Associação de Proprietários e Moradores do Casal do Rato (doravante, APMCR) incide sobre a parcela de terreno municipal, designada pela letra “C”, sita na Rua do Parque, Lugar da Presa, Casal do Rato, União das Freguesias de Pontinha e Famões, em Odivelas, delimitada na cópia da planta a cor verde constante do Anexo I, com a área total de 2.795,00 m²;

2. A propriedade municipal, objeto da constituição do Direito de Superfície, será entregue livre de quaisquer ónus ou encargos à APMCR, no estado em que se encontra, sendo da sua responsabilidade as obras a desenvolver no local;



3. O Direito de Superfície a constituir sobre a referida parcela de terreno, destina-se à construção de um “Edifício /Sede Multiusos” e à criação de um Parque Infantil (vedado e no cumprimento de todas as normas regulamentares aplicáveis, equipado com bancos, papelarias e bebedouros, e composto com baloiço, cavalo, girafa e bosque da toupeira);

4. As construções a erigir/construir deverão iniciar-se no prazo de 2 (dois) anos, a contar da data da assinatura da Escritura de Constituição do Direito de Superfície, devendo ficar concluídas nos 5 (cinco) anos subsequentes;

5. A APMCR não poderá utilizar a parcela de terreno ora cedida em Direito de Superfície para qualquer outro fim que não o agora previsto;

b) – Prazo de constituição:

6. O Direito de Superfície é constituído pelo prazo de 50 (cinquenta) anos, a contar da data da assinatura da Escritura Pública de constituição do Direito de Superfície;

c) – Encargos da Superficiária:

7. A APMCR obriga-se a:

a) – Requerer e instruir, a expensas suas, todos os pedidos de licenças necessários ao cumprimento dos direitos e obrigações decorrentes da constituição do Direito de Superfície;

b) – Manter uma adequada drenagem e incrementar arborização e/ou soluções de apoio ao ensombramento da área de recreio;

c) – Assegurar a manutenção e os encargos de funcionamento dos seus equipamentos na propriedade municipal objeto do Direito de Superfície, nomeadamente, os relacionados com consumos de eletricidade, água, gás, telecomunicações, limpeza e quaisquer equipamentos de segurança;

d) Manter todas as estruturas que utilize nos equipamentos em perfeito estado de conservação, segurança, limpeza e salubridade, cabendo-lhe executar todas as reparações necessárias e suportar os respetivos custos;

e) Avisar, de imediato, o Município de Odivelas sempre que tenha conhecimento de que algum perigo ou ameaça relativamente ao bem ou que terceiros se arrogam de direitos sobre a propriedade municipal objeto do Direito de Superfície ou equipamentos nela erigidos;

d) – Transmissão ou oneração do Direito de Superfície:

8. Fica expressamente proibido à superficiária proceder à alienação do Direito de Superfície constituído a seu favor.

e) – Extinção do Direito de Superfície:

9. O Direito de Superfície extinguir-se-á pelo decurso do respetivo prazo, ou pela verificação das seguintes situações, com a consequente desocupação imediata da parcela de terreno municipal e dos respetivos equipamentos aí construídos e instalados:

a) A utilização da propriedade municipal para fins diversos do objeto da cedência;

b) O incumprimento, pela superficiária, de qualquer das obrigações emergentes do Contrato de Constituição do Direito de Superfície;

10. Operada, por qualquer causa, a extinção do Direito de Superfície, a referida parcela de terreno, bem como os equipamentos nela implantados e benfeitorias reverterão automaticamente para o património do Município de Odivelas, livre de quaisquer ónus ou encargos, e sem que seja devido à superficiária qualquer indemnização.

Para efeitos registrais, é atribuído ao Direito de Superfície o valor de € 72.600,00 (setenta e dois mil e seiscentos euros).”

(Aprovado por unanimidade)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

CEDÊNCIA DE VIATURA MUNICIPAL

Cedência de transporte municipal ao evento “Contrato Local de Desenvolvimento Social, 3.ª Geração – Odivelas” (CLDS 3G-Odivelas), dia 28 de janeiro de 2016, no Pavilhão Polivalente de Odivelas, com um custo total de €84,74 (oitenta e quatro euros e setenta e quatro cêntimos), com o objetivo de assegurar a participação da população e das entidades envolvidas na realização do evento, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/698, de 2017.01.18.

(Aprovado por unanimidade)



PROCESSOS PARTICULARES

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/2009 BAIRRO CASAL DAS QUEIMADAS À QUINTA DAS DÁLIAS LOTE 100, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES PROCESSO N.º 3153/RC

Alteração ao alvará de loteamento n.º 4/2009, inserido no Bairro Casal das Queimadas à Quinta das Dálias, para o lote 100, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, em nome de Joaquim Lopes Marques. A alteração tem como objetivo a legalização da edificação existente no lote e compreende a alteração de parâmetros urbanísticos, nas condições constantes na informação técnica n.º 8/MJC/DRRU/DGOU/15, de 14 de dezembro de 2016, e de acordo com o proposto na informação n.º 3153/RC, de 13 de janeiro de 2017, constante a folhas 4117 do processo.

(Aprovado por maioria)

INDEFERIMENTO DA RECEÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO RELATIVAS AO ALVARÁ DE LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 7/79, URBANIZAÇÃO DO BARRUNCHO FREGUESIA DE ODIVELAS - PROCESSO N.º 16919/U

Indeferimento do pedido de receção definitiva das obras de urbanização previstas no alvará de loteamento n.º 7/79, inserido na Urbanização do Barruncho, Freguesia de Odivelas, em nome de Alzira Maria Lopes, de acordo com o proposto na informação n.º 01/APV/2017, de 2017.01.04.

(Aprovado por unanimidade)

REDELIMITAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VERTENTE SUL E RESPECTIVOS TERMOS DE REFERÊNCIA PROCESSO N.º 1/DPEDE/DRIAC/2008

Proposta de alteração aos Termos de Referência da redelimitação do Plano de Urbanização da Vertente Sul do Concelho de Odivelas. O Plano de Urbanização da Vertente Sul – PUVERSUL, foi deliberado por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal, em 5 de novembro de 2008, tendo sido aprovados os procedimentos de elaboração, termos de referência e estrutura base de caderno de encargos. Fundamenta a presente proposta, uma alteração material nos termos do artigo 122.º n.º 1 alínea a) e b) do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de Maio da Planta de Delimitação do Plano de Urbanização para a Vertente Sul, consistindo em acertos de cartografia, cadastro e de conformidade com as alterações dos limites administrativos em vigor publicados na Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP 2016. É proposto submeter a presente alteração à

participação dos interessados por um período de 15 dias, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo n.º 88º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIT) (Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio). De acordo com o proposto na informação Interno n.º 2016/12372, datada de 2016.12.20.

(Aprovado por unanimidade)

SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO BAIRRO DOS QUATRO, LOTE 466 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES ALVARÁ N.º 4/2011

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 466, da Rua Columbano Bordalo Pinheiro, do Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10942, de 2016.12.20, do Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de € 3.692,80 (três mil, seiscentos e noventa e dois euros e oitenta cêntimos), em nome de Domingos Sousa dos Santos Próspero, a favor da Câmara Municipal de Odivelas, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011, de 13 de setembro, de acordo com o proposto na informação n.º 02.2017, de 2017.01.04, e na informação técnica n.º 01/RO/DRRU/DGOU/17, de 2017.01.03.

(Aprovado por unanimidade)



UNIDADES ORGÂNICAS

VEREAÇÃO

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º 03/PRES/2017

Assunto: Composição do Conselho de Coordenação da Avaliação S.I.A.D.A.P.
Biénio 2017/2018

Tendo em vista a aplicação do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP), no biénio de 2017/2018, determino, de acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 21.º, do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, diploma que adaptou à Administração Local a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro e n.º 3, do art. 2º, do Regulamento do Conselho de Coordenação da Avaliação, que o CCA seja integrado pelos seguintes elementos:

- a) Presidente da Câmara Municipal;
- b) Vereadores em exercícios de funções a tempo inteiro;
- c) Diretor Municipal;
- d) Diretor do Departamento Jurídico e de Gestão Financeira e Patrimonial;
- e) Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico;
- f) Diretor do Departamento de Obras Municipais, Habitação e Transportes;
- g) Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património Cultural e Bibliotecas;
- h) Coordenadora do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa.

Odivelas, 2 de fevereiro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 02/VEV/2017

Assunto: SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ADJUNTO DO GABINETE DE APOIO AO VEREADOR EDGAR VALLES, JOÃO PAULO DA CRUZ ANTÓNIO

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do n.º 6 do artigo 42º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atentos os artigos 44º a 50º do Código do Procedimento Administrativo, pelo presente Despacho, **subdelego, no Adjunto, João Paulo da Cruz António**, o exercício, durante o meu período de férias, de 13 a 17 de fevereiro de 2017, das competências abaixo indicadas que me foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, nos termos do Despacho n.º 107/PRES/2015, de 27 de outubro, nos seguintes termos e limites:

1. A prática dos atos de gestão ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação da atividade dos serviços sob a minha superintendência.

Odivelas, 10 de janeiro de 2016.

Por Delegação e Subdelegação de Competências do
Sr. Presidente da CMO, através do Despacho
n.º 107/PRES/2015, de 27 de Outubro

O Vereador

Edgar S. Valles



EDITAIS

EDITAL N.º 126/PRES/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS
Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 11/2001
Bairro Casal dos Apréstimos –
União das Freguesias de Ramada e Caneças

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 11/2001 do Bairro Casal dos Apréstimos para o lote 204, consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 44813/RC encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 20 de dezembro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

EDITAL N.º 127/PRES/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS
Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 8/89
Bairro Novo do Trigache –
União das Freguesias de Pontinha e Ramada

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 8/89 do Bairro Novo do Trigache para os lotes 2, 10A, 15, 16, 21, 25 e 67 consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 29896/OM encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 20 de dezembro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

EDITAL N.º 128/PRES/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS
Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 1/2000
Bairro Granjas Novas –
União das Freguesias de Ramada e Caneças

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2000 do Bairro Granjas Novas para os lotes 93, 96 e 226 consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 14102/LO encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 20 de dezembro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

EDITAL N.º 129/PRES/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS
Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 6/2000
Bairro Sítio da Várzea –
União das Freguesias de Ramada e Caneças

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da



Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 6/2000 do Bairro Sítio da Várzea para o lote 5 consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 3180/RC encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 20 de dezembro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

EDITAL N.º 130/PRES/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 3/2004 Bairro Tomada da Amoreira – União das Freguesias de Ramada e Caneças

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 3/2004 do Bairro Tomada da Amoreira para o lote 8, consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 40632/LO/GI encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 20 de dezembro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

EDITAL N.º 01/PRES/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 5/2002 Bairro da Mimosa – Freguesia de Odivelas

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 5/2002 do Bairro da Mimosa para o lote 51, consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 46692/OM encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 05 de janeiro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

EDITAL N.º 06/PRES/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 6/2000 Bairro Sítio da Várzea – União das Freguesias de Ramada e Caneças

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 6/2000 do Bairro Sítio da Várzea para os lotes 46, 46A e 47, consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 3180/RC encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 19 de janeiro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

Listagem dos atos com eficácia externa praticados pelo Senhor Vereador Edgar Valles, no uso da competência delegada/subdelegada pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do despacho n.º 107/PRES/2015, de 27 de outubro, no âmbito da Divisão de Fiscalização Municipal, no período compreendido entre 2 a 31 de dezembro de 2016, nos termos da informação n.º Interno/2016/180, de 2017.01.06:

VIATURAS REMOVIDAS DA VIA PÚBLICA 01/12/2016 a 31/12/2016

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Punto, com a matrícula 52-78-GL, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 75/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2016.11.28
Data da remoção: 2016.12.02

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Brava, com a matrícula 47-76-GF, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 141/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2016.11.21
Data da remoção: 2016.12.02

Assunto: Remoção de um veículo VW Polo, com a matrícula 74-20-HL, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 142/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2016.11.25
Data da remoção: 2016.12.02

Assunto: Remoção de um veículo Ford Fiesta, com a matrícula 71-06-LH, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 143/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do

Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2016.11.21
Data da remoção: 2016.12.02

Assunto: Remoção de um veículo Renault 19, com a matrícula 68-71-AA, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 33/VIAT/PV/OL/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2016.12.02
Data da remoção: 2016.12.02

Assunto: Remoção de um veículo Citroen Saxo, com a matrícula 84-54-LG, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 76/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2016.11.21
Data da remoção: 2016.12.06

Assunto: Remoção de um Quadríciclo, sem matrícula, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 144/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2016.11.21
Data da remoção: 2016.12.06

Assunto: Remoção de um veículo Opel Vectra, com a matrícula 0264-BKN, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 145/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2016.11.25
Data da remoção: 2016.12.07

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 206, com a matrícula 61-70-QL, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 146/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2016.11.25
Data da remoção: 2016.12.07



Assunto: Remoção de um veículo VW Transporter, com a matrícula 07-83-AI, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 147/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.11.25
Data da remoção: 2016.12.07

Assunto: Remoção de um veículo Ford Mondeo, com a matrícula 41-23-HM, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 34/VIAT/PV/OL/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.10.14
Data da remoção: 2016.12.09

Assunto: Remoção de um veículo Citroen Xsara, com a matrícula 48-31-JV, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 77/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.11.25
Data da remoção: 2016.12.09

Assunto: Remoção de um veículo Ford Escort, com a matrícula 08-90-BU, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 76/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.11.21
Data da remoção: 2016.12.09

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot Partner, com a matrícula 98-23-RX, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 79/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.11.21
Data da remoção: 2016.12.12

Assunto: Remoção de um veículo VW Caddy, com a matrícula 00-29-RQ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 77/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.10.14
Data da remoção: 2016.12.12

Assunto: Remoção de um veículo Ford Mondeo, com a matrícula 65-64-HN, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 78/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.11.21
Data da remoção: 2016.12.12

Assunto: Remoção de um veículo Renault Express, com a matrícula PL-40-17, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 78/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.10.14
Data da remoção: 2016.12.20

Assunto: Remoção de um veículo Citroen Xantia, com a matrícula 12-49-EC, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 151/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.11.21
Data da remoção: 2016.12.20

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Palio, com a matrícula 67-67-LR, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 79/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.12.06
Data da remoção: 2016.12.20

Assunto: Remoção de um veículo Renault Twingo, com a matrícula 93-74-HQ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 80/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.12.06
Data da remoção: 2016.12.20



Assunto: Remoção de um veículo Ford Escort, com a matrícula 46-85-IH, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 81/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2016.12.06
Data da remoção: 2016.12.20

Assunto: Remoção de um veículo Ford Transit, com a matrícula 16-59-EO, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 81/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2016.11.21
Data da remoção: 2016.12.20

Assunto: Remoção de um veículo Toyota Dyna, com a matrícula 53-63-JU, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 152/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2016.11.25
Data da remoção: 2016.12.21

Assunto: Remoção de um veículo Mazda, com a matrícula 76-37-ST, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 35/VIAT/PV/OL/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2016.10.20
Data da remoção: 2016.12.21

Assunto: Remoção de um veículo Opel Vectra, com a matrícula 48-54-MG, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 82/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2016.11.25
Data da remoção: 2016.12.21

Assunto: Remoção de um veículo Volkswagen Golf, com a matrícula 24-81-MP, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 83/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2016.11.15
Data da remoção: 2016.12.21

Assunto: Remoção de um veículo Nissan Primera, com a matrícula XQ-43-84, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 84/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2016.11.25
Data da remoção: 2016.12.23

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 307, com a matrícula 26-48-XD, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 36/VIAT/PV/OL/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2016.12.06
Data da remoção: 2016.12.23

Assunto: Remoção de um veículo Mitsubishi Colt, com a matrícula 58-83-HB, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 153/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2016.11.21
Data da remoção: 2016.12.28

Assunto: Remoção de um veículo Seat Terra, com a matrícula JX-95-99, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 37/VIAT/PV/OL/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2016.11.25
Data da remoção: 2016.12.28



HABITAÇÃO

Decisões com eficácia externa tomadas pela Vereadora Ana Isabel Cosme Gomes, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, n.º 111/PRES/2015, de 27 de outubro de 2015, no âmbito da Divisão de Habitação, referentes ao mês de janeiro de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/1261, de 2017.01.31:

Divisão de Habitação

Setor de Intervenção na Habitação Social (SIHS)

EDOC/2016/64403

Interno/2016/11815 de 2016/11/25

Assunto: Ponto de situação – Rui Cardoso Ramos, inquilino no fogo T2, sito na Rua de S. Jorge, n.º 4 – 3º Esq. em Famões
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado. Oficie-se nos termos propostos o novo valor de renda e a regularização de dívida de rendas em atraso e comunique-se ao DJGFP/DFA. Solicita-se o melhor acompanhamento para esta situação no que concerne ao pagamento atempado da renda.”
Data da decisão: 2017/01/19

EDOC/2016/67851

Interno/2017/187 de 2017/01/06

Assunto: Proposta de exclusão do PER – Agregado familiar de João Pereira, recenseado com o registo de matrícula n.º 020.0038.1 – Bairro do Barruncho, n.º 38 – Póvoa de Santo Adrião
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Proceda-se à exclusão do PER do agregado familiar de Ana Cristina Moreno Pereira, Airtón Pereira Silva e Suely Pereira Silva, por existência de alternativa habitacional. Oficie-se.”
Data da decisão: 2017/01/23

EDOC/2016/68744

Interno/2017/405 de 2017/01/12

Assunto: Proposta de exclusão do PER – Agregado familiar de José Fernandes Lecuane, recenseado com o registo de matrícula n.º 020.0039.1 – Bairro do Barruncho, n.º 39 – Póvoa de Santo Adrião
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Proceda-se à exclusão do PER do agregado familiar de Ana Cristina Moreno Pereira, Airtón Pereira Silva e Suely Pereira Silva, por existência de alternativa habitacional. Oficie-se.”
Data da decisão: 2017/01/23

Setor de Gestão do Parque Habitacional (SGPH)

EDOC/2015/3700

Interno/2016/12185 de 2015/12/12

Assunto: Atualização de renda: Locado: Rua Paiva Couceiro, n.º 3 – R/C Esq. em Odivelas – Titular: Marlene da Silva Fonseca Maia
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Oficie-se nos termos propostos sobre o novo valor da renda e do montante em dívida correspondente às rendas em atraso e comunique-se ao DJGFP/DFA. Solicita-se o melhor acompanhamento para esta

situação no que concerne à recolha de informação fundamentada sobre os indícios de ausência do fogo.”

Data da decisão: 2017/01/05

EDOC/2016/21151

Interno/2017/094 de 2017/01/04

Assunto: Pedido de Informações sobre compra de habitação – Rua Helena de Aragão, 1, 1º Esq. - Jorge Manuel Conceição Marques Silva – reapreciação ao abrigo do novo Regulamento Geral de Alienação de Fogos Municipais
Decisão da Sra. Vereadora: De acordo com o informado. Diligencie-se nos termos propostos. À Divisão de Habitação, para tramitação subsequente.”
Data da decisão: 2017/01/10

EDOC/2016/64403

Interno/2017/014 de 2017/01/03

Assunto: Atualização de renda – Nome: Rui Cardoso Ramos – Morada: Rua S. Jorge, n.º 4 – 3º Esq. – Famões
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado. Oficie-se nos termos propostos o novo valor de renda e a regularização de dívida de rendas em atraso e comunique-se ao DJGFP/DFA. Solicita-se o melhor acompanhamento para esta situação no que concerne ao pagamento atempado da renda.”
Data da decisão: 2017/01/19

EDOC/2017/1749

Interno/2017/316 de 2017/01/10

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 13, Rua Cândido de Oliveira, Póvoa de Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 300,00€ (trezentos euros) utilizando-se a classificação mencionada na etapa 6, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/01/13

EDOC/2017/4122

Interno/2017/776 de 2017/01/20

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 9, Rua Dr. Sidónio Pais, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 354,00€ (trezentos e cinquenta e quatro euros) utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/01/31

EDOC/2017/5389

Interno/2017/1039 de 2017/01/26

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 1, Rua das Margaridas, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 240,00€ (duzentos e quarenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/01/31



EDOC/2017/5466

Interno/2017/1071 de 2017/01/26

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 2, Rua Rainha Santa Isabel, Famões - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 540,00€ (quinhentos e quarenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/01/31

CONTRAORDENAÇÕES E EXECUÇÕES FISCAIS

Despachos com eficácia externa tomadas pelo Vereador Edgar Valles, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas n.º 107/PRES/2015, de 27 de outubro de 2015, no âmbito do Setor de Contraordenações e Execuções Fiscais, referente aos meses outubro, novembro e dezembro do ano 2016, nos termos do edoc/2017/6486:

Despachos com Eficácia Externa

Ao abrigo da Delegação de Competências do Despacho 107/PRES/2015 Outubro de 2016

Processo - 94 /CO/15

Arguido – Construções Inocêncio & Filhos, Lda.

Participação / Processo – 28/PART/DFM-28-08-2015

Infração – Limpeza do terreno

Despacho do Sr. Vereador

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do n.º 39, do ponto II, do Despacho n.º 107/Pres/2015, de 27 de outubro e conforme proposta a fls. 68 a 69 do processo de contraordenação n.º 94 CO 15, determino o arquivamento do mesmo e que seja extraída Certidão dos Autos, dando conhecimento à chefe de divisão do DJFM para os efeitos tidos por convenientes

Data 3 de outubro 2016

Processo – 14 /CO /16

Arguido – Maria de Fatima de Jesus Pereira Silva

Participação / Processo – 05/DLOP/DGOU/2016

Infração – Utilização da moradia sem autorização de utilização

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 1.500.00€

Custas – 61.00€

Data 3 outubro 2016

Processo – 87 /CO /15

Arguido – Nuno Celcio Amaral da Cunha

Participação / Processo – Auto Notícia da 71ª esquadra Odivelas

Infração – Ruído

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 400.00€

Custas – 61.00€

Data 3 outubro 2016

Processo – 26 /CO /15

Arguido – António Joaquim Silva E António Menganga Francisco

Participação / Processo – Auto notícia 892/2014

Infração – despejo de entulho

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – Admoestação E admoestação

Custas – 91.60€ E 91.60€

Data 6 outubro 2016

Processo – 61 /CO /15

Arguido – Henrique Paulo de Pinho

Participação / Processo – Auto notícia 432/2015

Infração – trabalhar fora do horário de funcionamento

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 950.00€

Custas – 91.60€

Data 21 outubro 2016

Despachos com Eficácia Externa

Ao abrigo da Delegação de Competências do Despacho 107/PRES/2015 Novembro de 2016

Processo - 87 /CO/15

Arguido – Nuno Celcio Amaral da Cunha

Participação / Processo – Auto notícia reg 2460/2015

Infração – Ruído

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do n.º 12, do ponto 12, do Despacho n.º 107/Pres/2015, de 27 de outubro e de acordo com o proposto a fls. 50 dos Autos, determino que o pagamento da coima aplicada deva ser feito em 4 (quatro) prestações mensais. A primeira de 100.00€ (cem euros) sendo que acresce o valor das custas 61.00€ (sessenta e um euros) no total de 161.00€ (cento e sessenta e um euros). As restantes 3 são no valor de 100.00€ (cem euros). A primeira prestação vencer-se-á no dia 1 de dezembro de 2016.

Data 8 novembro 2016

Processo – 40 /CO /16

Arguido – José Maria Cardoso e Outra

Participação / Processo – 10/SAVO/2016

Infração – Ocupação do imóvel em desacordo com o uso fixado

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – Admoestação

Custas – 61.00€

Data 11 novembro 2016

Processo – 38 /CO /15

Arguido – Flor do Sol Construções, Lda

Participação / Processo – 07/PART/DFM-16-04-2015

Infração – Execução de obras em desacordo

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 2.500.00€

Custas – 81.40€

Data 11 novembro 2016

Processo - 51 /CO/15

Arguido – António Matias Monteiro

Participação / Processo – Auto Notícia reg n.º 1081/2015

Infração – Funcionamento fora do horário estabelecido em restaurante

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles



Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 12, do ponto II, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro e conforme proposta a fls. 36 do processo de contraordenação nº 51/CO/15, determino o arquivamento do mesmo e que seja extraída certidão dos Autos, dando conhecimento à chefe de Divisão do DJFM para os efeitos tidos por convenientes.

Data 18 novembro 2016

Processo – 19 /CO /16

Arguido – Maria de Fátima Correia Marques Guerra

Participação / Processo – 03/PART/DFM-05-02-2016

Infração – Utilização da moradia em desacordo com a utilização permitida

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 1.000.00€

Custas – 81.40€

Data 25 novembro 2016

Processo – 2 /CO /16

Arguido – AMJA – Associação Moradores do Jardim Amoreira

Participação / Processo – Proc nº 10/LACMO/2015

Infração – Ruído

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – Admoestação

Custas – 81.40€

Data 18 novembro 2016

Processo - 7 /CO/16

Arguido – Maria João Cardoso

Participação / Processo – Auto notícia nº 2389/2015

Infração – Ruído

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 12, do ponto II, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro e conforme proposta a fls. 57 do processo de contraordenação nº 7/CO/16, determino o arquivamento do mesmo e que seja extraída certidão dos Autos, dando conhecimento à chefe de Divisão do DJFM para os efeitos tidos por convenientes.

Data 18 novembro 2016

Processo – 15 /CO /16

Arguido – Invade – Investimentos Imobiliários, lda

Participação / Processo – 57/PART/DFM-30-11-2015

Infração – Ocupação do imóvel em desacordo com o uso autorizado

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 8.000.00€

Custas – 101.80€

Data 18 novembro 2016

Despachos com Eficácia Externa

Ao abrigo da Delegação de Competências do Despacho 107/PRES/2015

Dezembro de 2016

Processo - 117 /CO/15

Arguido – Alfredo Vaz de Machado Martinho

Participação / Processo – 29/JF/SAVO/DLOP/2015

Infração – Ocupação do imóvel sem a respetiva autorização de utilização

Despacho do Sr. Vereador

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 13, do ponto II, do Despacho nº 107/Pres/2015,

de 27 de outubro e conforme proposta a fls. 59 do processo de contraordenação nº 117 CO 15.

Data 8 de dezembro 2016

Processo – 26 /CO /16

Arguido – Frank Rodrigues Gaspar, Cabeça de Casal

Participação / Processo – 60/PART/DFM-22-12-2015

Infração – Utilização da moradia sem autorização de utilização

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 3.000.00€

Custas – 61.00€

Data 9 dezembro 2016

Processo - 80 /CO/15

Arguido – Alberto Manuel Silveira Castelo

Participação / Processo – 22/PART/DFM16-07-2015

Infração – Limpeza de Terreno

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 12, do ponto II, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro e conforme proposta a fls. 36 do processo de contraordenação nº 80/CO/15, determino o arquivamento do mesmo, dando conhecimento à chefe de Divisão do DJFM para os efeitos tidos por convenientes.

Data 9 dezembro 2016

Processo – 19 /CO /15

Arguido – NOS Comunicações SA

Participação / Processo – 01/PART/DFM-02-03-2015

Infração – Execução de ramal sem autorização

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 10.000.00€

Custas – 91.60€

Data 5 dezembro 2016

Processo - 55 /CO/16

Arguido – Futuro Retiro Unipessoal, lda

Participação / Processo – Auto Notícia 71ª esquadra Odivelas reg 543/2016

Infração – Funcionamento fora de Horário estabelecido

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 12, do ponto II, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro e conforme proposta a fls. 8 e 9 do processo de contraordenação nº 55/CO/16, determino o arquivamento do mesmo, dando conhecimento à chefe de Divisão do DJFM para os efeitos tidos por convenientes.

Data 22 dezembro 2016

Processo – 113 /CO /15

Arguido – Ana Cristina Pereira de Sousa

Participação / Processo – 28/JF/SAVO/DLOP/2015

Infração – Ocupação do imóvel sem autorização

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Coima – 3.000.00€

Custas – 71.20€

Data 27 dezembro 2016

Processo - 89 /CO/16

Arguido – Futuro Retiro Unipessoal, lda

Participação / Processo – Auto Notícia 71ª esquadra Odivelas reg 1020/2016

Infração – Funcionamento fora de Horário estabelecido

Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 12, do ponto II, do Despacho nº 107/Pres/2015,



de 27 de outubro e conforme proposta a fls. 15 e 16 do processo de contraordenação nº 89/CO/16, determino o arquivamento do mesmo, dando conhecimento à chefe de Divisão do DJFM para os efeitos tidos por convenientes.
Data 27 dezembro 2016

Processo – 68 /CO /15
Arguido – Faustino Duarte Gonçalves
Participação / Processo – 13/PART/DFM-16-06-2015
Infração – Limpeza de Terreno
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 200.00€
Custas – 81.40€
Data 27 dezembro 2016

Processo – 77 /CO /15
Arguido – Jaime Joaquim de Freitas
Participação / Processo – 19/DGOU/DLOP/SAVO/2015
Infração – Não execução de obras necessárias á correção de mas condições de segurança
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 2.000.00€
Custas – 71.20€
Data 27 dezembro 2016

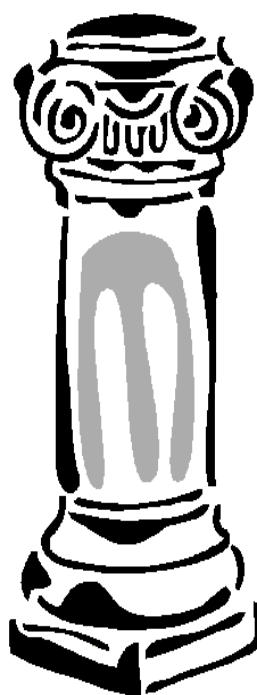
Processo – 105 /CO /15
Arguido – Maria Ester Pereira Pinto Raposo
Participação / Processo – 26/DGOU/DLOP/SAVO/2015
Infração – Obras executadas sem respetiva comunicação
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 2.000.00€
Custas – 61.00€
Data 27 dezembro 2016

Processo – 120 /CO /15
Arguido – Fabio Manuel Pereira Giao
Participação / Processo – Auto de Noticia reg 576/ETLRS/15
Infração – Derrame de óleo na via publica
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – Admoestação
Custas – 61.00€
Data 27 dezembro 2016

Processo – 39 /CO /15
Arguido – Belíssima II – Atividades Hoteleiras Lda.
Participação / Processo – 4/LACMO/2015
Infração – ruido
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – Admoestação
Custas – 91.60€
Data 27 dezembro 2016



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 26 de janeiro de 2017

DELIBERAÇÕES

VOTOS DE PESAR

VOTO DE PESAR POR DANIEL DOS SANTOS PINTO SERRÃO

O País perdeu mais um dos seus médicos notáveis no passado dia 8 de Janeiro:

Daniel Serrão, especialista em anatomia patológica e bioética. O clínico notabilizou-se pelas suas convicções inabaláveis sobretudo no domínio da investigação na área da bioética, sendo membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, durante 15 anos, e da Academia Pontifícia para a Vida, instituição fundada pelo Papa João Paulo II.

O professor Daniel Serrão cooperou na construção da declaração universal do genoma humano como património da humanidade da Unesco, tendo sido responsável por um notável impulso para o desenvolvimento da Anatomia Patológica em Portugal.

Juntamente com João Lobo Antunes – falecido há pouco mais de dois meses, a 27 de Outubro de 2016 -, é considerado um dos "príncipes da medicina portuguesa" e um exemplo para a sociedade civil e para a comunidade científica e académica como uma figura de referência no campo da Ética e da Medicina.

Tal como Lobo Antunes, refletiu frequentemente sobre o futuro, a estrutura e a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde e manifestou-se discordante da clonagem de embriões humanos, que chegou a considerar um crime científico.

Daniel Serrão, apesar de ter protagonizado de algumas controvérsias, foi um humanista muito ligado aos princípios cristãos da Igreja Católica, sem que isso lhe diminuísse o seu grande interesse pela investigação científica e a indispensável tolerância no entendimento

que a bioética tem de estar aberta a todas as questões, como a procriação medicamente assistida, a eutanásia e o aborto. Juntamente com Gentil Martins, Bagão Félix e Rui Gomes da Silva Durante, colocou-se ao lado dos movimentos pró-vida aquando dos referendos para a despenalização da interrupção voluntária da gravidez. Em contrapartida, em 2011, defendeu a criação de exceções à proibição legal do recurso a barrigas de aluguer, embora apenas num quadro de uma mulher se encontrar impossibilitada de engravidar por doença e que pudesse contar com a colaboração de alguém do seu círculo familiar.

Daniel Serrão manifestou a sua vocação desde cedo, a partir do momento em que começou a estudar biologia. Concluiu o curso de medicina em 1951. Doutorou-se em 1959, com 19 valores. E jubilou-se em 1998, já depois do reconhecimento internacional no domínio da bioética. A partir de 1961 foi professor na Universidade do Porto. Oito anos depois, em 1969, prestou serviço no hospital militar de Luanda, tornando-se professor catedrático de Anatomia Patológica em 1971. Em 2008, Daniel Serrão recebeu a Grã-Cruz da Ordem Militar de Santiago da Espada.

Fundou um laboratório privado de Anatomia Patológica em julho de 1975 que dirigiu até dezembro de 2002, tendo realizado nesse período mais de 1,6 milhões de exames histológicos e citológicos para hospitais públicos e para utentes privados.

O clínico morreu aos 88 anos, por sequelas resultantes de um atropelamento em Outubro de 2014, na cidade do Porto. Então, sofreu um traumatismo crânio-encefálico grave de que nunca recuperou totalmente. O professor catedrático Daniel Serrão nasceu em Trás-os-Montes, a 1 de Março de 1928.

(Documento apresentado pela bancada do CDS/PP – Aprovado por Unanimidade)

A enviar: família

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 27 de janeiro de 2017

(Aprovado por unanimidade)



**VOTO DE PESAR POR
JOSÉ AUGUSTO SANTOS DA SILVA MARQUES**

José Augusto Santos da Silva Marques, nasceu em Porto de Mós a 7 de Novembro de 1938.

Faleceu no dia 25 de Dezembro de 2016, após doença prolongada.

Teve o início da sua atividade política no PCP onde foi dirigente na clandestinidade mas afastou-se antes do 25 de Abril. Escreveu um livro, Relatos na Clandestinidade onde descreve a sua adesão ao PCP, o trabalho clandestino e, por fim, a rutura.

Foi presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós de 1976 a 1979.

Foi Governador Civil de Leiria de 1979 a 1980.

Aderiu ao PSD e foi eleito deputado pelo círculo de Leiria, de 1980 a 1999 onde desempenhou o cargo de presidente do grupo parlamentar.

Destaca-se o militante que travou um longo combate contra a ditadura e um parlamentar talentoso que dignificou a Assembleia da República.

Assim, pelos motivos atrás aduzidos, a Assembleia Municipal de Odivelas reunida em 26 de Janeiro de 2017, deliberou aprovar um voto de pesar pela sua morte.

(Documento apresentado pela bancada do PSD – Aprovado por Unanimidade)

ENVIAR: Assembleia da Republica; Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da Republica;
Família; Assembleia Municipal de Porto de Mós

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 27 de janeiro de 2017

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE PESAR PELA MORTE DE MÁRIO SOARES

Mário Alberto Nobre Lopes Soares (n. Lisboa, 7 de dezembro de 1924) é uma figura absolutamente central na história política, económica e social do Portugal contemporâneo.

Desde os tempos de estudante, inspirado por nomes como Álvaro Cunhal, Raúl Rego e Agostinho da Silva, e pelo seu pai, João Soares, republicano e resistente à ditadura do Estado Novo, Mário Soares foi desde muito

jovem um defensor convicto da democracia e resistente ativo à ditadura de Salazar.

Foi membro do MUNAF – Movimento de Unidade Nacional Antifascista, em 1943, e depois da Comissão Central do MUD – Movimento de Unidade Democrática, em 1946, tendo sido fundador do MUD Juvenil. Nos anos 50, enquanto concluiu os estudos universitários em Direito, esteve diretamente envolvido nas candidaturas de Norton de Matos e de Humberto Delgado à Presidência da República. Na qualidade de advogado, defendeu presos políticos no Tribunal Plenário e no Tribunal Militar Especial e contribuiu de forma decisiva para desvendar as circunstâncias do assassinato do General Humberto Delgado, denunciando as responsabilidades da PIDE nesse crime.

Mário Soares nunca deixou de atuar em defesa dos ideais que defendia, tendo por isso sofrido pesadas represálias e sido objeto de vigilância, perseguições, numerosas prisões, deportação e exílio.

Por causa das ideias que defendia, esteve preso 12 vezes, a primeira vez aos 21 anos, cumprindo um total de quase três anos de prisão. Em 1968, Salazar exilou-o em São Tomé sem direito a julgamento, medida revogada por Marcelo Caetano, para se seguir o exílio em França.

Em 1973, Mário Soares está na origem da fundação do Partido Socialista num congresso realizado na Alemanha, em que a Ação Socialista Portuguesa (que Soares tinha fundado em 1964) dá lugar ao Partido Socialista. Soares foi eleito Secretário-Geral do partido, assumindo essa responsabilidade até ser eleito Presidente da República, em 1986. Foi não apenas o primeiro Secretário-Geral, como aquele que durante mais tempo exerceu o cargo e permanece como a grande referência histórica do partido

Quando se deu o 25 de abril, Mário Soares estava exilado em Paris. Três dias depois da revolução, chegou a Lisboa no chamado “comboio da liberdade”. Fez parte de quatro dos seis Governos Provisórios, primeiro como Ministro dos Negócios Estrangeiros e mais tarde como Ministro sem Pasta, assumindo um papel preponderante na transição para a democracia e na consolidação do rumo que o país veio a seguir nas décadas seguintes.

Com a vitória do Partido Socialista nas legislativas de 1976, Mário Soares tornou-se o Primeiro-Ministro do I Governo Constitucional, cargo que voltaria a ocupar por mais do que uma ocasião até 1985. Durante esses períodos, Soares fica ligado a bases importantes do ordenamento jurídico e do modelo social e económico do país, desde o Código Civil de 1976, ao Serviço Nacional de Saúde de 1979, bem como a momentos difíceis de emergência e estabilização financeira do país.

Mário Soares foi também decisivo na aproximação de Portugal à Europa, tendo protagonizado em 1977 um



primeiro impulso ao processo de adesão de Portugal à CEE, que viria a ser formalizado mais tarde, também num Governo presidido por Soares. Foi, aliás, no final da legislatura 1983-85, em junho deste ano, que teve lugar a assinatura, por Mário Soares, do tratado de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.

Pouco depois, e contra todas as previsões, Soares venceu a segunda volta das eleições presidenciais de 1986, tornando-se então o primeiro Presidente civil a ser eleito diretamente pela população depois do 25 de Abril. Em Janeiro de 1991 foi reeleito, desta vez logo à primeira volta e com a maior votação de sempre para o cargo: mais de 70% dos votos.

Depois de deixar a presidência em 1996, seria ainda eurodeputado no Parlamento Europeu, eleito em 1999, e mais tarde recandidato à Presidência da República.

Nos últimos anos de vida, Mário Soares assumiu a coordenação da Fundação Mário Soares e continuou a participar em diversos congressos e debates, bem como a assinar regularmente textos na imprensa nacional, mas pôde também dedicar mais tempo à escrita, à cultura, à família – ambições que considerava ter deixado por cumprir. Deixa, como autor, uma obra rica e com dezenas de títulos, de cariz biográfico, político e de reflexão.

Figura prestigiada no plano interno e internacional, permanece como uma referência política e cívica cimeira da democracia portuguesa, respeitado não apenas pelos correligionários mas também pelos adversários, e é uma figura com enorme reconhecimento popular nos mais diversos quadrantes da nossa sociedade.

Mesmo na fase final da sua vida, Mário Soares nunca deixou de ter uma intervenção cívica e política ativa, muitas vezes crítica, firme nas convicções, e de ser uma voz ouvida e respeitada na sociedade portuguesa.

Lutou, toda a vida e com todas as forças, pelas suas convicções. Foi, até ao fim, um lutador, mesmo nos momentos mais adversos.

Ganhou, por tudo isto e por mérito próprio, um lugar cimeiro na história do país a partir da segunda metade do século XX.

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em 26 de Janeiro de 2017 nos Paços do Concelho que Mário Soares visitou, não pode deixar de lhe prestar uma modesta homenagem neste voto, através do qual expressa à família e aos amigos, bem como a todos os que com ele lutaram pelas causas da liberdade e da democracia e aos portugueses e portuguesas que nele se reconhecem, o mais profundo pesar.

(Documento apresentado pela Mesa da Assembleia – Aprovado por Unanimidade)

ENVIAR:
Fundação Mário Soares
Partido Socialista
Família

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 27 de janeiro de 2017

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE PESAR POR MÁRIO RUIVO

Pioneiro na defesa dos oceanos e nas políticas ambientais

Biólogo formado pela Universidade de Lisboa, Mário Ruivo, 89 anos, especializou-se em Oceanografia Biológica e Gestão dos Recursos Vivos na Universidade de Paris – Sorbonne.

Considerado um cientista e político pioneiro na defesa dos oceanos e no lançamento das temáticas ambientais em Portugal, Mário Ruivo foi presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, e do Comité para a Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO.

Entre 1995 e 1998 foi coordenador da comissão mundial independente para os oceanos e ainda conselheiro científico da Expo 98.

Entre outros cargos desempenhados, foi também ministro dos Negócios Estrangeiros em 1974-75, secretário de Estado das Pescas, diretor-geral dos Recursos Aquáticos e Ambiente do Ministério da Agricultura e Pescas (1975-1979) e presidente da Comissão Nacional para o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura (1974-1979).

Em 2015, por proposta dos eurodeputados socialistas portugueses, Mário Ruivo foi distinguido com o prémio “Cidadão Europeu”, na área da proteção do ambiente, pela sua atividade profissional, cívica e académica ao longo da vida na defesa do ideal europeu.

Ainda em 2015, Mário Ruivo foi distinguido com o Prémio Cidadão Europeu, atribuído a quem contribua para a promoção do entendimento e a integração de cidadãos na UE e a cooperação entre países.

O seu papel foi crucial na bem-sucedida candidatura de Lisboa a sede da Agência Europeia de Segurança Marítima. Foi ainda durante anos o coordenador da Comissão Mundial Independente dos Oceanos, no pleno reconhecimento global da sua absoluta autoridade neste tema, no qual se tornou uma das vozes mais escutadas internacionalmente.



Em Portugal foi um incansável lutador contra a ditadura derrubada em Abril de 1974, o que lhe chegou a custar a prisão e a obrigatoriedade de se refugiar fora do país. No Portugal democrático desempenhou as mais variadas funções, quer oficiais, quer no seio da sociedade civil, quer fossem políticas – em que foi sempre interventivo –, quer fossem de carácter científico.

A morte do professor Mário Ruivo constitui uma profunda baixa para Portugal, que perde uma das suas personalidades mais notáveis e inspiradoras, uma das suas figuras de maior prestígio na comunidade científica internacional.

A Assembleia Municipal de Odivelas manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do professor Mário Ruivo, que para além de destacado democrata e lutador antifascista foi um pioneiro da causa dos Oceanos, internacionalmente reconhecido, relevando sempre a natureza decisiva do Mar para o futuro da Humanidade e apresenta à sua família as suas mais sentidas condolências.

(Documento apresentado pela bancada do PS – Aprovado por Unanimidade)

ENVIAR:
Família

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 27 de janeiro de 2017

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE PESAR POR ANTÓNIO TERESO

Faleceu no passado dia 7 de Janeiro, com 89 anos, de António Tereso.

Militante comunista que dedicou a sua vida à luta dos trabalhadores e do povo português pela liberdade, pela democracia, pelo socialismo.

António Tereso começou a trabalhar aos 12 anos, ingressando mais tarde na Carris.

É como operário da Carris e na sequência da luta que em Fevereiro de 1959 foi preso e condenado a dois anos e três meses de prisão.

Na prisão de Caxias desempenha complexo e destacado papel na preparação e concretização da fuga de oito destacados dirigentes e militantes comunistas do Forte de Caxias no carro blindado de Salazar, a 4 de Dezembro de 1961.

Depois da fuga, foi obrigado a ingressar na clandestinidade.

Passou depois pela Checoslováquia e por França, onde tirou o curso de torneiro mecânico e aí exerceu essa profissão até ao 25 de Abril de 1974.

Após o 25 de Abril, regressado a Portugal, desempenhou, até quando lhe foi fisicamente possível, as mais diversas tarefas e responsabilidades partidárias, antes e após a sua reintegração na Carris, onde foi sempre muito respeitado.

Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em sessão Extraordinária a 26 de Janeiro de 2017, apresenta as sinceras condolências à família e ao Partido Comunista Português.

(Documento apresentado pela bancada da CDU – Aprovado por Unanimidade)

ENVIAR:
Família

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 27 de janeiro de 2017

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE LAURA FERREIRA DOS SANTOS

Faleceu no passado dia 16 de dezembro, aos 57 anos, Laura Ferreira dos Santos.

Laura Ferreira dos Santos dava aulas como professora associada na Universidade do Minho e dedicou grande parte da sua vida cívica e académica à reflexão, investigação e intervenção em torno das problemáticas do fim de vida. Doente oncológica desde 2001, foi fundadora do Movimento Direito a Morrer com Dignidade, que promoveu a petição pela despenalização da morte assistida que será discutida em breve na Assembleia da República.

Nessa temática, destaca-se a obra escrita deixada por Laura Ferreira dos Santos: *Ajudas-me a morrer?* A morte assistida na cultura ocidental do século XXI, publicado em 2009, que, segundo o Movimento Direito a Morrer com Dignidade, “é o mais completo e sistematizado trabalho editado por autor português sobre a eutanásia e o suicídio medicamente assistido”. O livro seguinte – *Testamento Vital*, o que é? Como elaborá-lo? – “deu um significativo impulso e um contributo determinante para, mais tarde, a Assembleia da República aprovar a lei do Testamento Vital”, acrescenta o movimento, sublinhando também os contributos de Laura Ferreira dos Santos para a sua discussão desta temática, sempre “de forma elevada,



conhecedora, empenhada e convicta, quer na comunicação social, quer na sociedade, através de centenas de artigos de opinião”.

“A dedicação, generosidade e humanidade que Laura Ferreira dos Santos introduzia e transmitia no seu desempenho cívico em defesa da despenalização da morte assistida fazem dela credora de toda a gratidão, estima e admiração do nosso movimento e de todos aqueles que, tal como a Laura, se batem pela tolerância perante a diferença e o respeito pela autodeterminação e os direitos humanos”, conclui o comunicado.

Num país em que o direito à autodeterminação é ainda uma discussão aberta e afetada por dogmas culturais opressivos da escolha individual, Laura Ferreira dos Santos deixa-nos um legado que importa valorizar e divulgar. O seu trajeto cívico torna-se ainda mais notável numa sociedade profundamente machista como é a portuguesa.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário a 26 de janeiro de 2017, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Laura Ferreira dos Santos e apresenta as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à família.

(Documento apresentado pela bancada do BE– Aprovado por Unanimidade)

Enviar:
Família

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 27 de janeiro de 2017

(Aprovado por unanimidade)

MOÇÕES

MOÇÃO

ATIVIDADES ECONÓMICAS SIM! SUCATEIRAS EM ZONA RESIDENCIAL NÃO!

A empresa Valoraf – Resíduos e Sucatas, Lda., está a laborar na Rua Vasco da Gama, 1A, em Famões, e dedica-se à triagem e armazenamento de resíduos perigosos e não perigosos e ao tratamento mecânico de resíduos não perigosos.

Esta empresa está localizada, exatamente, entre os bairros do Casal Novo e Casal do Bispo, que têm alvará de loteamento desde 2005 e 1992, respetivamente, e são bairros iminentemente residenciais.

A legislação que determina as normas em que atividades devem laborar diz, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 178/2006 de 5 de Setembro na redação do Decreto-Lei n.º 73/2011 de 17 de Junho define que:

“As operações de tratamento devem decorrer em instalações adequadas com recurso às tecnologias e métodos apropriados para assegurar um nível elevado de proteção do ambiente e da saúde pública (...)”.

O artigo 6º do mesmo diploma, define o princípio da proteção de saúde humana e do ambiente, referindo que:

“Constitui objetivo prioritário da política de gestão de resíduos evitar e reduzir os riscos para a saúde humana e para o ambiente, garantindo que a produção, a recolha e transporte, o armazenamento preliminar e o tratamento de resíduos sejam realizados recorrendo a processos ou métodos que não sejam suscetíveis de gerar efeitos adversos sobre o ambiente, nomeadamente poluição da água do ar, do solo, a afetação da fauna ou da flora, ruído ou odores ou danos em quaisquer locais de interesse e na paisagem.”

E considerando que:

- a) A empresa em causa, labora a céu aberto, num espaço reduzido do lote industrial, de forma precária, em monoblocos e pré-fabricados;
- b) Não tem qualquer tipo de proteção ambiental, incluindo bacias de retenção, nem qualquer sistema de proteção do ruído e das vibrações;
- c) Coexiste paredes meias com as habitações existentes, há dezenas de anos, labora a distância inferior à regulamentar das habitações vizinhas;



Considerando ainda que apesar deste tipo de atividade económica, triagem e armazenamento de sucata, ser necessário à sociedade, deve estar localizado em zonas industriais que cumpram os requisitos legais.

Embora não tenha sido a CM Odivelas a entidade licenciadora da atividade, a CM Odivelas, enquanto entidade responsável pelo ordenamento do território, tem a obrigação e o dever moral de pugnar por proporcionar boas condições ambientais e de urbanidade aos munícipes que escolheram o concelho de Odivelas para viver.

A Assembleia Municipal de Odivelas reunida em sessão extraordinária a 26 de Janeiro de 2017 delibera:

1. Repudiar a aprovação do alvará por parte da CCDRLVT;

2. Sugerir à Câmara Municipal de Odivelas que:

a) Atue por todos os meios para que a empresa cesse a sua atividade naquele local, requerendo à CCDRLVT a cassação do respetivo alvará de laboração;

b) Face ao problema ambiental que aqui se coloca, atue no sentido da deslocalização imediata desta empresa para zona industrial, apropriada à atividade

(Documento apresentado pela bancada da CDU – Aprovado por Unanimidade)

Enviar:

- ☐ Ministério do Ambiente
- ☐ CCDRLVT
- ☐ Grupos Parlamentares da AR
- ☐ CM Odivelas
- ☐ Junta de Freguesia da União das Freguesias da Pontinha e Famões
- ☐ Moradores dos bairros do Casal Novo e Casal do Bispo
- ☐ OCS

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 27 de janeiro de 2017

(Aprovado por unanimidade)

MOÇÃO

SAÍDA DA RODOVIÁRIA DE LISBOA DO SISTEMA DE PASSES COMBINADOS COM O NAVEGANTE

Considerando que:

1. Na reunião do Conselho Metropolitano, realizada a 18 de janeiro, Demétrio Alves, primeiro secretário da Comissão Executiva da Área Metropolitana de Lisboa (AML), informou que a Rodoviária de Lisboa (RL) comunicou à AML (enquanto Autoridade Metropolitana de Transportes) que vai deixar o sistema de passes combinados com o Navegante;

2. A RL presta serviço fundamentalmente nos concelhos de Odivelas, Loures e Vila Franca de Xira. O em Odivelas, o serviço público de transporte coletivo de passageiros é assegurado pela rede amarela da RL, transportando milhares de pessoas anualmente;

3. A concretização dessa intenção da empresa privada que presta esse serviço público essencial, as e os cidadãos de Odivelas que mensalmente recorrem aos passes combinados com o Navegante terão de passar a utilizar os passes intermodais;

4. Por exemplo, na coroa 2 o passe combinado entre a RL e o Metropolitano de Lisboa tem um custo de 50,35€, enquanto que o passe intermodal, para o mesmo percurso, custa 60,35€. Neste caso, uma cidadã ou um cidadão, em plena vida ativa, vê o custo com as deslocações diárias aumentar cerca de 20%;

5. Segundo Demétrio Alves, a decisão da RL prende-se com o facto dos passes combinados não fazerem parte do sistema intermodal e, consequentemente, as empresas envolvidas não receberem compensações financeiras por esse tipo específico de passes, ao contrário do que acontece com os títulos intermodais;

6. Num concelho em que a maioria das pessoas têm de deslocar-se diariamente para outros concelhos para trabalhar ou estudar e que esses movimentos pendulares têm vindo a ser muito afetados pela crescente degradação dos serviços de transporte coletivo de passageiros, nos últimos anos.

Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 26 de janeiro de 2017, delibera:

1. Lamentar profundamente a decisão da Rodoviária de Lisboa em abandonar o sistema de passes combinados com o Navegante;

2. Apelar à RL que reconsidere a sua decisão, de modo a que as cidadãs e os cidadãos de Odivelas e dos outros concelhos servidos pela empresa, não sejam vítimas de um brutal aumento no preço de um serviço essencial ao seu dia-a-dia;



3. Exigir à AML, enquanto Autoridade Metropolitana de Transportes, que desenvolva todos os esforços para que as e os cidadãos não cheguem a viver esse aumento no seu quotidiano;

Apelar ao executivo municipal para que pressione os responsáveis governamentais, as entidades metropolitanas e os operadores de transporte no sentido de desenvolverem uma solução que impeça o aumento do preço dos passes e, ao mesmo tempo, permita assegurar um serviço de transportes de qualidade e que sirva as reais necessidades das populações

(Documento apresentado pela bancada do BE– Aprovado por Unanimidade)

Enviar:

Grupos Parlamentares da Assembleia da República

Governo

Autoridade Metropolitana dos Transportes

Câmara Municipal de Lisboa

Assembleia Municipal de Lisboa

Câmara Municipal de Loures

Assembleia Municipal de Loures

Câmara de Vila Franca de Xira

Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira

Rodoviária de Lisboa

Carris

Metropolitano de Lisboa

Comunicação Social

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 27 de janeiro de 2017

(Aprovado por unanimidade)

RECOMENDAÇÃO

Pela bancada do BE, foi apresentada uma Proposta de Recomendação sobre “Rádios locais a emitir para o Jardim da Música” (documento nº 8), que será transcrita em ata. Colocada à votação a proposta de recomendação foi Rejeitada por Maioria, com os votos a favor da bancada do BE e com os votos contra das bancadas do PS, CDU, CDS/PP e PSD.

(Rejeitada por maioria)

CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE

PARCELAS DE TERRENO SITAS NA AV. MIGUEL TORGA, QUINTA DO PORTO PINHEIRO, ODIVELAS

Presente para deliberação a proposta de Cedência em Direito de Superfície das seguintes parcelas A e B sitas na Av. Miguel Torga, Lotes A e B, Quinta do Porto Pinheiro, em Odivelas, constituída a favor do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, por um prazo de 30 anos, a contar da data de assinatura da presente escritura, de acordo com a Proposta n.º 19/PRES/2016, datada de 2016/12/21 e nos termos da minuta da referida escritura de cedência em direito de superfície, anexa à proposta atrás mencionada, aprovadas na 25.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 28 de dezembro de 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 1 de 2017, página 7*):

“a) Parcela A (campo 1 + campo 3), sita na Av. Miguel Torga, Lote A, Quinta do Porto Pinheiro, em Odivelas, com a área de 17.500 m² (dezassete mil e quinhentos metros quadrados), que confronta a Norte com a Parcela EV, a Sul com Parcela C e D, a Nascente com Pavilhão Multiusos de Odivelas e a Poente com Parcela EV, descrita na Conservatória do Registo Predial de Odivelas, sob a ficha número 6500/20160725, da Freguesia de Odivelas, inscrita a seu favor pela apresentação número 873, de 25 de julho de 2016, e inscrita na matriz predial urbana sob o artigo P12901 da referida Freguesia, cujo valor patrimonial é de € 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil euros);

b) Parcela B (campo 2 + edifício dos Balneários), sita na Av. Miguel Torga, Lote B, Quinta do Porto Pinheiro, em Odivelas, com a área de 9.000 m² (nove mil metros quadrados), que confronta a Norte com domínio público, a Sul com domínio público, a Nascente com domínio público e a Poente com domínio público, descrita na Conservatória do Registo Predial de Odivelas, sob a ficha número 6501/20160725, da Freguesia de Odivelas, inscrita a seu favor pela apresentação número 873, de 25 de julho de 2016, e inscrita na matriz predial urbana sob o artigo P12902 da referida Freguesia, cujo valor patrimonial é de € 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil euros)”. (*Excerto retirado da Escritura de Cedência em Direito de Superfície*)

MINUTA

«--- CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE ---»

- No dia ____ de _____ de 2016, na cidade de Odivelas, na Rua _____, perante mim, _____,



notária _____, compareceram como outorgantes: -----

Primeiro – Hugo Manuel dos Santos Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, natural da Freguesia de Póvoa de Santo Adrião, Concelho de Odivelas, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, Rua Guilherme Gomes Fernandes, Quinta da Memória, Odivelas, em representação deste Município, pessoa coletiva com o número 504 293 125, doravante PRIMEIRO OUTORGANTE. -----

Segundo - Joaquim Manuel Evangelista da Silva, com domicílio profissional na Rua Nova do Almada – n.º 11 – 3.º Esq.º, 1200-288 Lisboa, portador do Cartão de Cidadão com o número de identificação civil _____, válido até _____ e José Carlos Martins Ferreira, com domicílio profissional na Rua Nova do Almada – n.º 11 – 3.º Esq.º, 1200-288 Lisboa, portador do Cartão de Cidadão com o número de identificação civil _____, válido até _____, que outorgam na

qualidade de Presidente e Vice-presidente respetivamente, do SJPF – Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, associação permanente, constituída por período indeterminado, dos trabalhadores que, mediante remuneração, se obrigam por contrato de trabalho desportivo ou contrato de formação desportiva a praticar futebol em representação de um clube desportivo ou outra entidade, submetendo-se à sua autoridade e direção, com sede na Rua Nova do Almada – n.º 11 – 3.º Esq.º, 1200-288 Lisboa, com o número único de pessoa coletiva de Direito Privado e registo na Conservatória do Registo Comercial de _____, n.º _____, com poderes para o ato, conforme verifiquei através da consulta da certidão permanente on-line, com o código de acesso _____, subscrita em _____, dos estatutos e da ata da reunião da Assembleia Geral do SJPF, realizada em ____ de _____ de _____, documentos que arquivo, doravante SEGUNDOS OUTORGANTES. -----

- Verifiquei a identidade dos outorgantes, quanto ao primeiro, a qualidade a que se arroga e os poderes que legitimam a sua intervenção neste ato, por serem do meu conhecimento pessoal e a dos SEGUNDOS OUTORGANTES através da exibição dos respetivos cartões de cidadão. -----

- Pelo PRIMEIRO OUTORGANTE foi dito: -----

UM – O MUNICÍPIO, em cumprimento da deliberação tomada pela Assembleia Municipal de Odivelas, na ____ Sessão Ordinária/Extraordinária, realizada em ____ de ____ de 2016 sob proposta da Câmara Municipal de Odivelas, na ____ Reunião Ordinária/Extraordinária, realizada em ____ de ____ de 2016 cede, em DIREITO DE SUPERFÍCIE, ao SJPF – Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, a título gratuito, os imóveis abaixo identificados, livres de ónus ou encargos de que

resultem limitações ou restrições ao direito de superfície, para a prossecução de interesses públicos relevantes, através da construção e / ou beneficiação de infraestruturas do Complexo Desportivo previstas no Anexo I, o qual constitui contrapartida económica suficiente do direito conferido, -----

a) Parcela A (campo 1 + campo 3), sita na Av. Miguel Torga, Lote A, Quinta do Porto Pinheiro, em Odivelas, com a área de 17.500 m² (dezassete mil e quinhentos metros quadrados), que confronta a Norte com a Parcela EV, a Sul com Parcela C e D, a Nascente com Pavilhão Multiusos de Odivelas e a Poente com Parcela EV, descrita na Conservatória do Registo Predial de Odivelas, sob a ficha número 6500/20160725, da Freguesia de Odivelas, inscrita a seu favor pela apresentação número 873, de 25 de julho de 2016, e inscrita na matriz predial urbana sob o artigo P12901 da referida Freguesia, cujo valor patrimonial é de € 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil euros); -----

b) Parcela B (campo 2 + edifício dos Balneários), sita na Av. Miguel Torga, Lote B, Quinta do Porto Pinheiro, em Odivelas, com a área de 9.000 m² (nove mil metros quadrados), que confronta a Norte com domínio público, a Sul com domínio público, a Nascente com domínio público e a Poente com domínio público, descrita na Conservatória do Registo Predial de Odivelas, sob a ficha número 6501/20160725, da Freguesia de Odivelas, inscrita a seu favor pela apresentação número 873, de 25 de julho de 2016, e inscrita na matriz predial urbana sob o artigo P12902 da referida Freguesia, cujo valor patrimonial é de € 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil euros). ---

DOIS – Que, a constituição do direito de superfície se rege pelas seguintes cláusulas:-----

PRIMEIRA - Que os imóveis sobre os quais é constituído o direito de superfície se destinam à prática da atividade desportiva e formativa, nos termos da memória descritiva constante no Anexo I.-----

SEGUNDA – Que o direito de superfície é constituído, pelo prazo de 30 anos, a contar da data da assinatura da presente escritura. -----

TERCEIRA - O investimento a efetuar será suportado integralmente pelo SJPF – Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, através da construção e / ou beneficiação de infraestruturas do Complexo Desportivo de Odivelas. -----

QUARTA – Que, as obras de construção e / ou beneficiação de infraestruturas do Complexo Desportivo de Odivelas constantes do Anexo I, deverão: -----

a) Ser objeto de investimento no valor estimado até € 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros), contemplando a execução das obras afetas aos espaços a construir, reabilitar e valorizar; -----



b) No que concerne ao Campo 1, o investimento a realizar será de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros): -----

i) Construção do campo de jogo (tapete de relva, rede de rega, vedação e pavimento envolvente) orçamentado em € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros); -----

ii) Construção de bancada de apoio, no valor de € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros). -----

c) No que concerne aos Campos 2 e 3, o investimento a realizar será de € 900.000,00 (novecentos mil euros): ---

i) Reabilitação dos campos 2 e 3 e reabilitação da bancada adjacente ao campo 2, orçamentadas em € 400.000,00 (quatrocentos mil euros); -----

ii) Ampliação e reabilitação do edifício onde se encontram os balneários, com a construção de salas de apoio à formação e eventualmente para instalação da sede do sindicato, no valor de € 500.000,00 (quinhentos mil euros).

d) No que concerne ao Espaço Público o investimento será de € 200.000,00 (duzentos mil euros), através da reabilitação do espaço público e valorização paisagística (espaços verdes, pavimentação, iluminação pública e mobiliário urbano); -----

e) Ter início no prazo máximo de três meses após a aprovação dos projetos e ocorrência da comunicação prévia, nos termos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e dos regulamentos municipais aplicáveis, no que concerne às obras previstas no Anexo I e todos as demais que se pretendam ali executar ou que se vierem a revelar necessárias; -----

f) Estarem as obras, de construção e beneficiação mencionadas no presente contrato, concluídas no prazo de 1 ano, após o início das mesmas. -----

QUINTA – O SJPF – Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol obriga-se a: -----

a) Assegurar a atividade desportiva aos jogadores sem clube e qualificar o jogador de futebol na vertente educativa e formativa; -----

b) Concretizar o Programa de Educação e Formação; ---

c) Desenvolver o apoio ao futebol feminino; -----

d) Criar um projeto de “escolinhas de futebol”, direcionado a toda a comunidade, na vertente de formação e integração social através do desporto; -----

e) Assegurar ao Município o direito de inscrição gratuita de 10 jovens por época desportiva nas (escolinhas de futebol); -----

f) Assegurar o enquadramento técnico para apoio a atividades desportivas da população escolar de Odivelas, nomeadamente disponibilizando um técnico da área desportiva para formação nos estabelecimentos escolares do Concelho;-----

g) Reservar ao Município uma das salas, sita na parcela B, para sua utilização ou de entidade terceira; -----

h) Assegurar ao Município, por acordo entre as partes, um crédito de horas, até ao máximo de oito horas semanais, para utilização dos equipamentos e demais infraestruturas existentes e a construir.-----

SEXTA – No âmbito das obrigações ora estabelecidas, o SJPF – Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol obriga-se a: -----

a) Construir o Campo 1, com valências para a prática de futebol de 11 (campo longitudinal) e futebol de 7 (2 campos transversais, sentido norte-sul), e construção de bancada adjacente a norte, com capacidade para 1200 espetadores; -----

b) Recuperar / Reabilitar os campos 2 e 3 (tapetes de relva, rede de rega, iluminação, pavimentos envolventes e bancada do campo 2); -----

c) Reabilitar e ampliar o edifício dos balneários contíguos ao campo 2, dotando-o das infraestruturas e equipamentos necessários para acolher cursos de formação.-----

d) A manter em bom estado as parcelas cedidas;-----

e) A pagar todas as despesas inerentes à manutenção e utilização do Complexo Desportivo e infraestruturas existentes nas áreas ora cedidas, após a conclusão das obras a realizar; -----

f) A autorizar, sempre que necessário, ao Município o acesso aos campos e respetivas infraestruturas de apoio instaladas no Complexo Desportivo, ora cedido, devendo o acesso ser precedido de uma comunicação de pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência. -----

SÉTIMA – O SJPF – Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol pode alienar e / ou onerar a transmissão dos direitos e obrigações, objeto da presente cedência, desde que autorizados expressamente pelo Município, o qual gozará do direito de preferência, na alienação de tal direito. -----

OITAVA – -----

a) O Município cederá, por acordo entre as partes, um crédito de horas, até ao máximo de oito horas semanais, para utilização do Pavilhão Multiusos de Odivelas e respetivas salas, para eventos da responsabilidade ou



apoiados pelo SJPF – Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol.-----

b) O Município poderá solicitar uma utilização acrescida dos equipamentos e infraestruturas, para além do estabelecido na Cláusula 5ª, alínea h), mediante o pagamento de uma contrapartida a fixar pelos outorgantes.-----

NONA – A extinção do direito de superfície, por decurso do prazo ou por resolução fundamentada em incumprimento, constitui o SJPF – Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol na obrigação de restituir os imóveis cedidos, no prazo de 30 dias após para tal serem notificados, livres de ónus e encargos. -----

DÉCIMA - Com a restituição dos imóveis cedidos serão entregues todas as benfeitorias, que neles tenham sido realizadas, sem que o SJPF – Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol possa reclamar qualquer indemnização ou direito de retenção; -----

DÉCIMA PRIMEIRA - A mora na restituição dos imóveis cedidos confere ao Município o direito a perceber uma indemnização pelos danos causados e pelos lucros cessantes. -----

DÉCIMA SEGUNDA – O incumprimento das obrigações enunciadas conferirá ao Município o direito a resolver o direito de superfície, operando-se a seu favor a reversão dos imóveis cedidos.-----

DÉCIMA TERCEIRA - A afetação das parcelas dos imóveis supra identificados a fim diverso do fixado no presente contrato determina a reversão do direito de superfície.-----

DÉCIMA QUARTA - Para efeitos registais, é atribuído ao direito de superfície o valor de _____ euros e _____ centimos.-----

DÉCIMA QUINTA - As questões omissas à constituição do direito de superfície são regidas pelo disposto no artigo 156.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, diploma que procedeu à revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e subsidiariamente às disposições do Código Civil, mercê do disposto no artigo 1527.º-----

DÉCIMA SEXTA – Eventuais divergências interpretativas do presente contrato de cedência em direito de superfície, serão resolvidas por uma comissão que integrará um representante de cada uma das partes e um terceiro a designar pelos referidos representantes;-----

- Pelos SEGUNDOS OUTORGANTES foi dito:-----

Que, em nome do SJPF – Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, que representam neste ato, aceitam a presente cedência nos termos exarados. -----

- Assim o disseram e outorgaram. -----

- Isento do pagamento de Imposto de Selo, nos termos da alínea c) do artigo 6.º do Código do Imposto de Selo. ---

- Isento do pagamento de IMT, nos termos da alínea d) do artigo 6.º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis. -----

- Exibiram-me: -----

- Arquivo: -----»

(Aprovado por maioria)

PONTOS PENDENTES

PASSAGEM DE PONTOS PARA A PRÓXIMA SESSÃO

Dado o adiantado da hora, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, foi posto à votação a passagem dos pontos 2, 3, 4 e 5 para a próxima Sessão da Assembleia Municipal.

Ponto 2 – Proposta de Adesão do Município de Odivelas ao Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste – Novo Acordo Parassocial;

Ponto 3 - Proposta de Abertura de Procedimento Concursal para o Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau – Gabinete Gestão Patrimonial e Administração Geral;

Ponto 4 – Proposta de Aprovação do Regulamento do Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas, que vem substituir o anterior Regulamento do Prémio Municipal de Arquitetura e Espaço Público de Odivelas;

Ponto 5 – Aprovação das Atas da Assembleia Municipal n.ºs: 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14, respeitantes ao ano de 2016.

(Aprovado por unanimidade)